



# Relatório Parcial

Mapeamento de Parcerias Público-Privadas em Educação  
nos Municípios do Estado do RS

MAIO DE 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPEL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE - FURG

RELATÓRIO PARCIAL DA PESQUISA  
● **MAPEAMENTO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM  
EDUCAÇÃO**

**PARTICIPANTES DA PESQUISA**

EQUIPE COORDENADORA:

- Maria de Fátima Cóssio/UFPEL
- Vera Maria Vida Peroni/UFRGS
- Leonardo Dorneles/FURG

EQUIPE DE PESQUISADORES(AS):

UFPEL:

- Flávia Marchi Nascimento
- Maria Verônica Roldán Pinto
- Michele Vollrath Bento
- Miriele Barbosa Rodrigues
- Vanessa Silva
- Viviane da Silva Lemos
  
- Susana Schneid Scherer

UFRGS:

- Ângelo Paz
- Everton Martins
- Maria Otília Susin
- Rafael Sais
- Monique Montano

FURG:

- Magda Vicente

ALUNOS(AS) BOLSISTAS:

- Luis Eduardo dos Santos Celente (UFPEL)
- Mariana da Costa Castro (UFPEL)
- Tainá Guillante (UFPEL)
- Yasmin Bortoli Fuhr (UFRGS)
- Pietro Homem da Silva (UFRGS)

SETEMBRO DE 2021

## LISTA DE ABREVIATURAS

FAMURS – Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul

FURG – Universidade Federal de Rio Grande

GPRPPE – Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado em Educação

GREPPE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira

NEPPE – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais

NGP – Nova Gestão Pública

PAR – Plano de Ações Articuladas

PPP – Parceria Público-Privada

SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle

TCE-RS – Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNICAMP – Universidade de Campinas

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

### **Figuras:**

Figura 01 – Dados Gerais e Educacionais

Figura 02 – Exemplo de site oficial de prefeitura: SMED de Caxias do Sul

Figura 03 – Exemplo de seleção de notícias pelo título

Figura 04 – Exemplo de busca a partir de todas as notícias

Figura 05 – Tabela preenchida

Figura 06 – Tabela preenchida

Figura 07 – Portal Licitação Cidadão

Figura 08 – Portal Licitação Cidadão – Contratos Municipais

Figura 09 – Tabela com dados dos contratos Licitação Cidadão

Figura 10 – Tabela-resumo com dados dos contratos Licitação Cidadão

### **Tabelas:**

Tabela 1 – Empresas de Consultoria e Gestão x Contratos com Municípios do RS

Tabela 2 – Dados dos parceiros por consulta de CNPJ

Tabela 3 – Número de matrículas por ano e por município

Tabela 4 – Município de Caxias do Sul/RS

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	4
<b>CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	7
<b>CAPÍTULO II – METODOLOGIA</b> .....	21
<b>2.1. Objetivos</b> .....	21
<b>2.2. Percurso investigativo</b> .....	21
<b>2.3. Encaminhamentos para constituição do banco de dados</b> .....	29
<b>CAPÍTULO III – EIXO INVESTIGATIVOS</b> .....	31
<b>3.1. Consultoria/Assessoria em Gestão</b> .....	31
<b>3.2. Formação de Professores</b> .....	36
<b>3.3. Material didático e sistema apostilado</b> .....	44
<b>3.4. Educação Infantil – oferta de vagas</b> .....	47
<b>CAPÍTULO IV – PRODUÇÃO CIENTÍFICA</b> .....	53
<b>Referências:</b> .....	55

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve início em 2019 e foi originada de discussões realizadas entre os grupos de pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais/NEPPE<sup>1</sup>/ Universidade Federal de Pelotas/UFPEL e Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado em Educação/PPRPPE <sup>2</sup>da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, especialmente pela constatação da dificuldade de acesso a dados referentes às parcerias público-privadas em educação no Estado do RS, evidenciada em pesquisas anteriores desenvolvidas pelos respectivos grupos.

A necessidade de organizar um banco de dados que congregasse dados gerais sobre cada município do Estado, dados educacionais e informações sobre as parcerias firmadas entre as redes públicas municipais e entidades privadas nas diferentes áreas da educação, constituiu-se no principal objetivo.

Em que pese se tenha conhecimento de alguns grupos de pesquisa no Brasil que se dedicam a este estudo, como por exemplo, o GREPPE/UNICAMP<sup>3</sup> no estado de São Paulo, é importante que esse mapeamento seja realizado no estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, considerando a abrangência (escala global), a recorrência, as redes privadas que se formam rapidamente e a adesão dos setores públicos, é imperioso que mais estudos sejam realizados nesta perspectiva.

Ball (2018) ressalta que a política educacional está sendo feita de novas maneiras, em novos espaços, por novos atores, e muitos desses novos espaços são privados. O autor ressalta que as artes mutantes do governo - as políticas de “não governar demais” -, são intrínsecas ao estado competitivo, e, portanto, próprias de um processo de modernização do Estado, sob a lógica da Nova Gestão Pública – NGP e da Governança.

Assim, além das alterações na organização e funcionamento do aparato estatal, com a inserção de procedimentos e regras chamadas de pós-burocráticas ou gerenciais, a partir de padrões consolidados na iniciativa

---

<sup>1</sup><https://wp.ufpel.edu.br/neppe/>

<sup>2</sup><https://www.ufrgs.br/gprppe/>

<sup>3</sup> Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais <https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br>

privada (NGP), o Estado altera suas relações com a sociedade civil, com os entes subnacionais e com outros Estados-Nação, visando tornar-se mais pluricêntrico e permeável à participação na formulação e execução de políticas públicas (Governança). A ordem passa a ser, a partir dos anos 1990, menos governo e mais governança. (ROBERTSON; VERGER, 2012).

São novos atores, novos arranjos e novas questões que se impõem aos pesquisadores em políticas educacionais, o que orienta este estudo para o seguinte problema: Quais as relações das parcerias público-privadas existentes nos municípios do estado do Rio Grande do Sul com a caracterização geral e educacional locais.

Este questionamento constituirá os indicadores (campos) que irão mapear as parcerias público-privadas no Estado do RS e formar o banco de dados para que novas questões possam ser formuladas e novas relações possam ser estabelecidas, tornando cada vez mais visíveis e democráticas as ações empreendidas na educação pública do estado.

É importante ressaltar que o olhar dos pesquisadores será orientado para quatro eixos investigativos: 1. Consultoria/assessoria em gestão; 2. Formação de professores; 3. Material didático e sistemas apostilados e 4. Oferta de vagas na educação infantil. Em relação ao primeiro eixo, quando se faz referência à consultoria em gestão, envolve a consultoria à gestão da rede de ensino (sistema) e/ou de escolas, buscando compreender quais aspectos da gestão são priorizados pelos parceiros privados, por meio das temáticas, e para qual perspectiva assinala. O eixo da formação de professores, tanto pode envolver programas/projetos/ações de curta duração, quanto de longa duração, além de eventos pontuais, desde seja destinado aos professores das redes municipais.

Da mesma forma que no eixo da gestão, pretende-se analisar as temáticas abordadas, no sentido de inferir qual tipo de formação está em curso. Quanto ao material didático, se pretende verificar a recorrência com que os municípios aderem aos pacotes pedagógicos ofertados, quais são eles e quem oferta. Por fim, no que se refere às parcerias na oferta de vagas, a pesquisa centra na educação infantil, em virtude de que os municípios, por força da legislação vigente, são os responsáveis por esta etapa que envolve a faixa etária de 0 a 05 anos de idade. Em virtude dessa responsabilidade, interessa saber em que medida os municípios atendem as demandas e de que forma.

O grupo que realiza esta pesquisa, formado por integrantes dos dois grupos de pesquisa inicialmente mencionados e por professores da Universidade do Rio Grande (FURG), caracterizando-se, portanto, numa investigação interinstitucional, em paralelo ao levantamento de dados, que será objeto de explicitação no Capítulo III deste relatório, desenvolve reuniões de estudos em que discute autores que dão suporte à compreensão do cenário e do movimento em análise.

Em Gramsci destacaram-se os conceitos de Estado, Hegemonia, Intelectuais orgânicos, Aparelhos Privados de Hegemonia. Para tanto o grupo recorreu a textos do próprio autor, de Nelson Coutinho e Álvaro Bianchi. Além disso, vários pesquisadores participaram de um curso de extensão sobre as teses do teórico italiano, promovido pela UNIOESTE. Cotejando com os conceitos gramscianos, foram realizados estudos de autores que analisam o cenário atual, sobretudo o brasileiro, tais como Flávio Henrique Casimiro e Virgínia Fontes, entre outros.

Este relatório é parcial, considerando que pela necessidade de diversificação e aprofundamento das fontes de pesquisa, com a inclusão da etapa de coleta de informações no site do Licitacon, conforme será explicitado; o número de municípios do Estado do RS (497), a dificuldade na coleta de dados educacionais, pois nem todos estão disponibilizados no site do INEP/MEC, foi necessário prorrogar a pesquisa por mais dois anos, a fim de concluir o levantamento e consolidar o banco de dados.

O presente documento está organizado em quatro capítulos. O primeiro aborda o referencial teórico que orienta a pesquisa. O segundo capítulo detalha a abordagem e o percurso metodológico percorrido até este momento da investigação. O terceiro capítulo indica os estudos iniciais referentes aos quatro eixos investigativos e o último destaca as produções científicas do grupo de pesquisa, resultantes do trabalho realizado neste estudo.



## CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho é resultante de pesquisas teóricas sobre Estado, governança e rede de políticas públicas [*policy networks*] na educação, motivado pela crescente inserção do setor privado empresarial na formulação e materialização de políticas educacionais para o setor público.

Entende-se que o conceito de governança é relevante para a compreensão do movimento de reforma do papel do Estado e da gestão pública, sobretudo a partir da estreita relação entre Estado e mercado, sob a égide de um novo capitalismo humanizado (NEVES, 2010) que, desde o início dos anos 2000 ganhou força na agenda política dos países centrais e dos organismos internacionais, mas também dos países da periferia do capitalismo. Embora a agenda para a educação seja a mesma, os desdobramentos e impactos em cada país diferem. No entanto, mesmo que se reconheçam as singularidades locais, é inegável que há um projeto global que visa alinhar as nações aos interesses do capital. Conforme Mészáros (2009), o capital é anterior ao capitalismo, este é uma das formas possíveis de realização do capital. Assim como existia o capital anterior ao capitalismo (capital mercantil, capital usurário, etc.), as formas recentes de sociometabolismo permitem constatar a continuidade do capital após o capitalismo, como foi o caso da Rússia e dos demais países do Leste Europeu (ANTUNES, 2009).

O capitalismo sofre alterações e, mais recentemente, crises que, para alguns autores como Harvey (2011) e Mészáros (2009), são cíclicas, mas mesmo revelando suas fragilidades e mazelas, notadamente do ponto de vista social e humano, tem assumido novas formas.

Neste sentido, o modelo neoliberal que se instaurou como alternativa à crise do Estado de Bem-Estar social não é o mesmo que se vivencia atualmente. A globalização, uma das principais estratégias do modelo, também não é mais a mesma. Dale (2004) analisa que esta globalização

é diferente de qualquer outra que tenha acontecido anteriormente; ela torna possível, pela primeira vez, falar de uma economia global que inclui todas as nações do mundo. Tal resultou do colapso formal da única alternativa ao capitalismo e da aceleração dos processos no

sentido da mercadorização de todas as coisas que se fizeram acompanhar desse colapso (2004, p.437).

Para o autor, não há uma nova nação hegemônica, mas o triunfo do sistema capitalista, resultando na criação de novas formas de governança supranacional e na transformação das condições da procura do lucro, que continua sendo o motor do sistema.

Neste cenário, Estado, Mercado e Sociedade assumem novos papéis, configuram novos acordos e outros atores nacionais e supranacionais entram na cena político-econômica, seja definindo políticas, seja atuando diretamente na sua implementação e/ou financiamento, dependendo das parcerias e acordos estabelecidos e dos interesses em jogo.

A expressão governança<sup>4</sup> refere-se às transformações da noção de um governo, centrado numa visão monolítica do Estado, para uma noção pluricêntrica de governança descentralizada, realizada por redes que englobam múltiplos atores, demandando pesquisas sobre as ações de governo para além do Estado, de modo a considerar a atuação de outros sujeitos ou grupos que atuam na governança.

Neste texto discutem-se as redefinições do papel do Estado em decorrência das mudanças do modelo capitalista, as implicações dessas alterações para a gestão pública, especialmente a noção de governança e governança educacional, sobretudo as relações público-privadas, dando destaque às redes de governança que atuam na educação brasileira, imprimindo uma lógica gerencial e mercantil que se distancia da perspectiva pública e coloca em causa o princípio da gestão democrática e a formação das futuras gerações.

## **O papel do Estado e as implicações na gestão pública**

---

<sup>4</sup> A noção de “**nova governança**” como forma de regulação dos atores privados no mercado emergiu nos documentos da OCDE de 1990.

No modo de produção capitalista, o Estado tem um papel abrangente na perpetuação da estrutura de classe. Ele, conforme Mészáros (2015) é um dos pilares do capital. Dada a complexidade a que chegou a sociedade capitalista no momento atual e as crises pelas quais vem passando nas últimas décadas, novas formas de atuação são constantemente incorporadas pelo Estado para assegurar a continuidade deste sistema e a hegemonia do capital.

Nesse processo é importante considerar a atuação dos “aparelhos privados de hegemonia”, instituições presentes na sociedade civil que buscam assegurar a direção política e ideológica da classe dirigente<sup>5</sup>. Nesse quesito podem ser incluídos Organismos internacionais como: Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), Organização dos Estados Americanos (OEA), Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), dentre outros.

Esses organismos, através de suas ações, têm pautado as reformas dos Estados, em especial nos países da periferia, assim como as políticas educacionais para estes países. São intelectuais orgânicos do capital, exercendo o papel de domínio e direção para garantir a perpetuação do modo de produção capitalista. O Banco Mundial, por exemplo, de acordo com Shiroma

Expõe claramente seu interesse por monitorar o desempenho do sistema de ensino dos países devido a três funções primordiais que, segundo o Banco, lhe competem: 'i) desenvolver as habilidades da força de trabalho para o crescimento econômico sustentado; ii) contribuir para a redução da pobreza e desigualdade, fornecendo oportunidades educacionais para todos, e iii) transformar os gastos com educação em resultados educacionais - acima de tudo, aprendizagem do aluno' (SHIROMA, 2016, p.11).

Nesse sentido, o Estado, conforme definido por Gramsci, é muito mais do que um aparelho coercitivo da burguesia; inclui a disputa pela hegemonia no plano superestrutural, ou seja, abrange dimensões ideológicas, simbólicas, políticas, da vida intelectual e espiritual expressas na produção intelectual, artística, das relações sociais. O Estado está ainda enraizado na estrutura de

---

<sup>5</sup>Sobre aparelhos privados de hegemonia ver, por exemplo, o livro de Antonio Gramsci “Maquiavel a política e o Estado Moderno”.

classe definida por relações de produção e amarrado a essas relações. Assim, a superestrutura está intimamente ligada às relações de produção porque, embora a hegemonia seja ético-política, é também econômica, e necessariamente está baseada na função exercida pelo grupo dominante no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI apud COUTINHO, 1981). Para Gramsci por “Estado deve-se entender, além do aparelho governamental, também o aparelho ‘privado’ de ‘hegemonia’ ou sociedade civil” (GRAMSCI, 1991, p. 147).

As “relações de força” presentes na sociedade capitalista em determinados momentos “entram em choque e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar em toda área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral” (GRAMSCI, 1991, p.50). Assim, cria-se a hegemonia de um grupo social sobre os outros e o Estado como organismo próprio de um grupo é “destinado a criar às condições favoráveis à expansão máxima desse grupo” (GRAMSCI, 1991, p.50). A eficiência desse processo expansivo se concretiza quando os interesses desse grupo possam ser assimilados como expressão da vontade de toda a sociedade.

A compreensão do Estado como condensação de forças e não como algo acima das classes sociais e refratário às suas contradições, permite observar a ação política em uma dupla perspectiva: a força e o consenso, que configuram o que Gramsci chama de domínio e direção política e intelectual ou de sociedade política e sociedade civil.

Segundo Coutinho (1981, p. 92),

[...] ambas [sociedade civil e sociedade política] servem para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Mas o modo de encaminhar essa promoção ou conservação varia nos dois casos: no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma ditadura, ou, mais precisamente, uma dominação mediante a coerção.

Estas análises possibilitam compreender que a dominação de uma classe social sobre outra não ocorre apenas na esfera econômica ou pela simples força física, mas, por conseguinte, ocorre porque a classe que domina

consegue persuadir a classe que subjuga a compartilhar a concepção de mundo, os valores sociais, morais e culturais dominantes.

Desta forma, entender o papel do Estado e suas reconfigurações no contexto atual implica em conhecer contradições, tensões, paradoxos nem sempre perceptíveis de forma imediata, dada a complexidade das relações entre Estado-Mercado-Sociedade Civil, relações estas determinantes na definição das políticas educacionais.

A reforma da educação é parte do movimento de reforma do Estado que tem sido provocada pelas mudanças e reconfigurações do capitalismo. Neste sentido, o setor público tem passado por reformas que vem alterando de forma significativa as concepções e os objetivos que orientam as formas de gestão e o funcionamento das instituições. Essas reformas administrativas consolidam novos discursos e práticas derivadas do setor privado e são usadas como referência para as organizações públicas em todas as esferas de governo.

De acordo com Secchi (2009) apud Cóssio (2018, p.67)

dois modelos organizacionais e um paradigma relacional foram apresentados como alternativas às crises, atribuídas, em grande medida, ao papel e tamanho do Estado<sup>6</sup>. A administração pública gerencial (APG) e o governo empreendedor (GE) são modelos organizacionais que incorporam prescrições para a melhora da efetividade da gestão das organizações públicas. O movimento da governança pública (GP) se traduz em um modelo relacional porque oferece uma abordagem diferenciada de conexão entre o sistema governamental e o ambiente que circunda o governo.

Tais modelos passam a ser utilizados como elementos-chave para a efetivação dos conceitos neoliberais, buscando assim, paralelamente a iniciativa de liberar as forças do mercado e reduzir o tamanho e as ações do Estado, aumentar a eficiência do setor público e reduzir o seu escopo, sem, no entanto, reduzir seus custos, na medida em repassa recursos para a iniciativa privada.

É importante destacar, no entanto, que o modelo de governança proposto pelo Neoliberalismo, é mais uma estratégia do capital para consolidação e difusão de sua hegemonia. Na medida em que a aproximação com a sociedade civil envolve mais a substituição na execução de políticas do

---

<sup>6</sup>Uma das teses em que se sustenta o neoliberalismo é de que a crise dos anos 1970 ocorreu em decorrência do tamanho do Estado (provedor) e que para enfrentá-la seria necessário um Estado mínimo, enxuto, privatizante.

que propriamente a participação democrática da população na tomada de decisões.

Além disso, a flexibilização do Estado implica na sua permeabilidade à adoção de políticas oriundas de outros locais, sobretudo de agências e organismos multilaterais e do mercado.

No caso brasileiro, a reforma do Estado se materializa de forma objetiva em 1995, com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, produzido pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE -, sob a gestão do Ministro Bresser Pereira, no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. As estratégias assinaladas pelo Plano são: privatização, publicização e terceirização. Peroni (2011) destaca que o termo “publicização” consiste na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos tradicionalmente prestados pelo Estado. A criação da categoria “público não-estatal” contempla grandes setores da iniciativa privada, sem fins lucrativos, que prestam serviços públicos, como é o caso da educação. Ainda conforme o Plano, as políticas sociais são consideradas serviços não exclusivos do Estado e, portanto, de propriedade pública não-estatal ou privada.

Os governos que se seguiram têm adotado várias estratégias de administração gerencial e de governança, com forte vinculação com os setores privados, o que vem repercutindo nas políticas educacionais, através da notável atuação do empresariado brasileiro no delineamento da agenda política para a educação.

Vários programas educacionais, nas três esferas de governo, assumem o caráter público-privado. Em alguns casos, os governos repassam recursos para que os programas sejam efetivados, sob a lógica privada. Em outros casos, a iniciativa privada é que propõe diretamente as ações e as executa, com recursos públicos ou subsidiados. De qualquer forma, os sentidos e princípios da educação pública, que certamente não podem ser confundidos com os de uma empresa privada, estão sendo secundarizados.

**Governança educacional e as parcerias público-privadas em educação: redefinindo a gestão**

A noção de governança é importante para compreender as transformações no papel e funções do Estado, em diferentes escalas, sobretudo a relação entre o público e o privado e as implicações para as políticas educacionais.

Reis (2013) destaca que é possível encontrar nove abordagens de governança em que se cruzam diferentes disciplinas, com abordagens metodológicas e analíticas distintas. No primeiro grupo destaca:

a (i) *good governance*, (ii) *good governance – nova gestão pública* e (iii) *governança empresarial*. Neste caso, o termo *governança*, quer como paradigma científico, quer como referencial político, afirma-se nos anos de 1990, surgindo como um potente motor de reformas ao nível de métodos de decisão e de ação coletiva que tem em conta a evolução do papel do Estado. Face aos processos de «globalização», à emergência de novas categorias de atores (diversas organizações mundiais) e à integração económica de várias zonas e regiões do globo, impõe-se uma redefinição do lugar e do papel do Estado, cujas configurações possíveis confrontam a sua legitimidade e o seu tradicional princípio de soberania (REIS, 2013, p. 13).

A sociedade civil, na perspectiva da governança, assume um papel central, tanto para realizar os serviços entendidos como “não exclusivos do Estado”, quanto para legitimar o modelo através do controle à distância (avaliações, conselhos, agências reguladoras) das ações realizadas, dando a ideia de transparência e controle social.

O que se entende por sociedade civil precisa ser explicitado, na medida em que há diferentes posições a respeito. Neste sentido, se utiliza as teses de Gramsci como suporte teórico. Para Magrone (2006)

O conceito de sociedade civil é um conceito-chave para compreender as complexas articulações de uma formação social moderna. A sociedade civil é o locus no qual as classes sociais lutam para exercer a hegemonia cultural e política sobre o conjunto da sociedade. Nos Cadernos do cárcere, Gramsci define a sociedade civil como “o conjunto dos organismos vulgarmente ditos ‘privados’ e corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade” (GRAMSCI, 2000, p. 225-226). Nesse conceito, a sociedade civil é o domínio privilegiado da ideologia, porquanto é aí que a classe fundamental deve assegurar o consenso socialmente necessário ao exercício do seu poder econômico e político (MAGRONE, 2006, 357).

O pensamento de Gramsci não dicotomiza Estado e sociedade civil. O que provocou a disjunção entre ela e o Estado foi a “despolitização”. Esta se associa ao fato de que os movimentos sociais, que são o oxigênio da

sociedade civil, não raras vezes estão assentados unicamente na solidariedade de seus interesses privados, sem qualquer preocupação de elevar esses interesses particulares da corporação a um plano de consciência política de toda a classe. Neste sentido, assiste-se nas últimas décadas no Brasil a emergência de novos atores sociais cujas lutas corporativas frequentemente dimensionaram o limite de seus próprios interesses como o único horizonte possível, cancelando, na prática, a preocupação mais propriamente política (no sentido de fundar novas concepções de mundo ou programas para a sociedade) (MAGRONE, 2006, 363).

Desta forma, na noção de sociedade civil estão representados os mais diversos interesses, instituições, grupos, numa flagrante luta por hegemonia. Neste caso, a governança significa o atrelamento entre Estado, Mercado e Sociedade Civil, em que o Mercado tanto pode ser encontrado no Estado, quanto na Sociedade Civil, todos em busca do consenso em torno da ideia de “bem comum”. Assim, a principal característica deste modelo de governança são as “parcerias público-privadas”, a partir das quais os empresários integram-se na busca de fontes externas de financiamento e investimentos, justificadas como respostas à crise fiscal, e na execução de políticas, com recursos públicos.

A governança, embora seja um conceito recente, cumpre no Estado o papel a ele definido desde sua criação na sociedade moderna. Conforme Mézaros (2015, p. 10), o Estado moderno desde seu surgimento

não se restringiu a seus limites internos. A criação desse espaço moldou, a partir daí, pela expansão do comércio e pelo caráter cada vez mais global do circuito da produção, um sistema planetário. Foi através da criação desse espaço público de disputas políticas que surgiu um sistema interestatal, que viabilizou o capitalismo tal qual o conhecemos.

Para Robertson e Verger (2012) governar a educação por meio das PPPs é mais que uma questão de coordenar os serviços de educação, envolvendo agentes públicos e privados. Tais opções governamentais são centrais na constituição de tipos particulares de cidadãos por um lado, e na reconstituição do setor da educação (como parte de uma indústria de serviços educacionais globais em rápido crescimento), por outro.

Os entes/parceiros privados cumprem um papel de alta relevância para o atual modelo neoliberal, o consenso. Na busca pelo consenso, produzem



*experts*, disseminam ideias, protagonizam campanhas, movimentos nacionais e internacionais, distribuem amplo material, tais como: textos, censos, panfletos, participam de entrevistas, alguns até tem colunas em revistas e jornais de grande tiragem.

Os *experts* mostram o quão desastrosa está a situação da educação do país e/ou dos países foco da política, e apresentam as soluções: “Todos pela educação”, em busca do bem comum.

Segundo Ball (2014, p.71),

alguns tipos de discursos são operadores do pânico social, especialmente os que anunciam crises, e servem ao neoliberalismo na medida em que acentuam a possibilidade de criação de mercados dentro do Estado – consultorias, parcerias, terceirizações – de modo que o privado possa atuar nas instituições do setor público, conformando suas práticas, dinâmicas, rotinas e objetivos à lógica empresarial.

As parcerias público-privadas são a expressão mais evidente da reforma do Estado e das novas configurações das políticas educacionais, traduzidas em gestão por resultados; orientações, currículos e práticas pedagógicas homogêneas e condicionadas às avaliações em larga escala; incentivo à qualificação da *performance*, medidas pela produtividade (professores, alunos, gestores) e, sobretudo, da formação de um “sujeito instrumental à reestruturação produtiva” (PERONI, 2015), trabalhadores e consumidores adequados à expansão do capital.

Percebendo a gestão educacional como parte do processo social e, portanto, permeada de significados sócio-históricos e políticos, ela é parte fundamental de políticas de Estado e de governo que buscam estabelecer e consolidar determinado modelo de sociedade.

Se por um lado a educação na perspectiva democrática, referenciada socialmente, percebe a qualidade ligada diretamente ao desenvolvimento social dos cidadãos, garantindo que a aprendizagem escolarizada sirva como forma de emancipação dos sujeitos, a qualidade na lógica empresarial está atrelada ao rendimento escolar, passível de ser verificado através de testes padronizados e, portanto, diante dos indicadores de desempenho, vinculados a currículos homogêneos, buscando atingir resultados considerados satisfatórios, em comparação aos indicadores internacionais.

Esta lógica mercadológica de qualidade de educação busca atingir a eficácia de resultados, sem a preocupação direta com o processo educacional, visto que dissemina a ideia de autonomia dos sujeitos envolvidos no ensino-aprendizagem, e, contraditoriamente estimula a produtividade e competitividade para alcançar os resultados, elegendo a meritocracia e o esforço individual como fatores essenciais para atingir um padrão homogêneo de qualidade escolar, acabando por responsabilizar os próprios estudantes, professores e a gestão escolar pelo fracasso ou sucesso diante dos resultados verificados pelas avaliações de larga escala.

Observam-se com este movimento, diferentes formas de privatização do ensino público, consubstanciado pelos discursos e recomendações dos organismos internacionais, principalmente do Banco Mundial, que acredita ser este o caminho mais eficaz para se estabelecer padrões de qualidade e eficiência da educação.

É tamanho seu impacto na gestão escolar que alguns dos programas estabelecidos pela iniciativa privada acabam por se legitimar, tornando-se programas de governo e instrumento de promoção em escala nacional de diversas medidas, conceitos e ideologias que regem o pensamento desde o centro.

A reforma da educação não somente se consolida através da prestação de serviços por instituições privadas, mas também pelo novo olhar diante da gestão educacional pautada na qualidade e eficiência, moldando as políticas educacionais na perspectiva da governança por resultados.

Outro fator relevante é o investimento na estrutura física das escolas por parte do setor privado, modernizando suas dependências e incorporando novas tecnologias advindas do campo mercadológico e adequado para o ambiente escolar. É importante enfatizar ainda o papel midiático, em todas as esferas, na divulgação destas propostas e de seus resultados, atuando como *marketing* político e fortalecimento de programas que validam a privatização como solução para as demandas escolares. A meritocracia perpassa todas as esferas, inclusive os discentes são premiados caso atinjam média igual ou superior às escolas privadas, produzindo nesse processo a competitividade entre os estudantes, característica própria do mercado.

Este discurso ganha força diante das constantes afirmações do setor

privado referente à incapacidade de gestão eficaz por parte do Estado, chegando a culpabilizar a administração das escolas públicas, personificando na figura de seus gestores e professores o grande problema que impossibilita uma educação de qualidade.

Os conceitos mercadológicos de eficiência, qualidade e produtividade vão se consolidando como verdades a serem implementadas no ambiente escolar, visando a melhoria de resultados. Desta forma, se expande e se consolida a gestão gerencial em detrimento da gestão democrática referenciada na Constituição Federal de 1988, referendada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, como princípio da educação pública brasileira.

### **Redes de Políticas Públicas em Educação**

O conceito de Redes de Políticas Públicas (RPPs), largamente utilizado nos discursos sobre governança, é relativamente novo nas pesquisas em Educação e combina subsídios da ciência política com ideias da teoria das organizações sobre a distribuição de poder, dependências, aspectos organizacionais e relações interorganizacionais.

Redes de políticas públicas (RPPs) são construídas por instituições e organizações públicas e privadas que influenciam ou participam do processo político. Congregam coletivos momentaneamente interessados numa questão, por vezes compartilhando os mesmos objetivos anunciados, porém, podendo portar interesses implícitos distintos. Unem-se, por iniciativa própria ou por indução – de governos, OMs, frações de classe – considerando que a ação conjunta pode ampliar o poder dos sujeitos ou grupos envolvidos, melhorando sua capacidade de reivindicação, luta em defesa de determinadas causas e interesses.

Ao analisar as redes de políticas públicas em educação observam-se os processos de privatização por meio de oferta de serviços educacionais pelo setor privado, reforma dos sistemas de ensino público alinhados à lógica gerencialista. Aqui se denotam mudanças no papel do Estado pela governança, de burocracia para redes, de prestador para contratante. Este movimento recebe suporte de atores internacionais, como as Organizações Multilaterais, e

implica tanto no empreendedorismo de políticas como nos processos de transferência, resultando num mecanismo de convergência de políticas.

Redes transnacionais de influência participam da reformulação de processos políticos em âmbito supranacionais, produzindo e difundindo conhecimento e informação e procuram pluralizar a autoridade política. Contribuem para construção de novas autoridades, os *experts* em educação. Redes acolhem *think tanks*, aparelhos privados de hegemonia que se aninham em teias de relações ampliando sua possibilidade de impacto e influência, conferindo autoridade e legitimidade a questões globais, ainda que com interesses políticos e econômicos não explícitos.

Para Robertson e Verger (2012), o neoliberalismo promoveu um tipo particular de parceria público-privada (PPP) na educação que se propaga com o projeto de reconstituir a educação pública como indústria global de serviços educacionais, dirigida a uma sociedade de mercado. Uma rede de desenvolvimento global que precisa ser governada e pensa em governar os serviços educacionais por meio de parcerias. As PPPs combinam esforços do Estado com os de OM e do setor privado, com ou sem fins lucrativos. Apresentam duas faces das PPP na educação a) face amigável da privatização ou b) o meio inovador de financiamento que se baseia na cooperação entre público e privado para resolução de problemas como acesso, qualidade e equidade, incitando a prática de governança da educação. (Idebem, p. 2).

Os autores ressaltam a presença de especialistas que se organizam, publicam coletivamente, difundindo ideias e ideais sobre PPP na educação. De acordo com estes pesquisadores, a governança educacional “[...] modula a forma, o padrão e o escopo das políticas e práticas, oportunidades e efeitos da educação”. (ROBERTSON e VERGER, 2012, p.10). São três as características que conformam os modelos de governança da educação: 1) divisão social do trabalho; 2) poder de tomada de decisão e; 3) normatividade. Conceituam governança educacional como “[...] termo mais recente, usado para descrever atividades do setor público que [...] não são realizadas pelo governo – sozinho -, mas também por atores não governamentais [...]. A governança como conceito também se tornou uma forma de englobar as atividades de governo daquelas organizações e empresas multilaterais, transnacionais e internacionais que cada vez mais operam acima e através das

fronteiras territoriais nacionais. Aplicada à educação, ela nos alerta para o governar como sendo mais que uma atividade do Estado” (ROBERTSON, VERGER, 2012, p.2-7).

A análise de governança da educação abrange o estudo das – “[...] (i) *formas distintas de atividade educacional* (financiamento, oferta, propriedade, política, regulação); (ii) *tipos especiais de entidades ou agentes com interesses diferentes* (Estado, mercado lucrativo/sem fins lucrativos, comunidade, residência); e (iii) *diferentes plataformas ou escalas de regra* (local, subnacional, nacional, supranacional)” (ROBERTSON, VERGER, 2012, p. 8).

O Estado, desobrigado do provimento da educação, terceiriza “serviços” para provedores externos – ensino, consultoria, venda de tecnologias, entre outros -criando, dentro do setor público, condições econômicas e extra econômicas para operação de negócios, novas oportunidades de lucro para o setor privado, empreendedores sociais ou organizações voluntárias, evidenciando a conjugação de interesses entre Estado e mercado. Remete à ideia de desestatização para provimento dos serviços públicos (SHIROMA, 2016).

Ao referirem-se às PPPs como ferramentas de governança, Robertson e Verger (2012, p.14) sugerem que essa estrutura de governança tende a substituir as privatizações. Com a consolidação deste modelo de Governança, o capital prescinde da privatização formal, da mudança de natureza jurídica para operar, porque efetiva a privatização na prática, reorienta a natureza e prioridades das ações realizadas no setor público sob a racionalidade privada. Quando isso acontece, se observa uma aparente mudança na correlação de forças para algumas lutas, como por exemplo, verbas públicas para instituições públicas. O setor privado está diversificando as formas de abocanhar seu quinhão, operando seus negócios no setor público, constituindo “mercados no Estado”.

Neste contexto, é necessário que haja uma ação de resistência à tendência dominante destinada a fazer da escola o *lócus* da reprodução do modelo hegemônico para converter-se em espaço privilegiado de reflexão, da crítica e da formação de novas formas de cidadania.

Embora juridicamente os direitos políticos estejam assegurados, eles não modificam as condições que geram as distinções sociais entre os homens.

Assim, o Estado garante a propriedade privada, assegurando a reprodução da divisão da sociedade em classes (COUTINHO, 1996).

Simionatto (2009) afirma que o Estado fortalece a subalternidade ao tomar como indistintas as diferenças existentes entre as classes fundamentais, bem como quando, no intuito de evitar ameaça à ordem existente, busca superar tais diferenças no âmbito das relações jurídicas. Na sociedade civil, a tarefa empreendida pela classe dominante direciona-se no sentido de reforçar o conformismo e de reduzir as classes subalternas aos interesses estritamente econômicos, corporativos. (VASCONCELOS, SCHMALLER, SILVA, 2013, p. 87).

## **CAPÍTULO II – METODOLOGIA**

### **2.1. Objetivos**

Consiste no objetivo da pesquisa a realização mapeamento das parcerias público-privadas PPP's em educação nos municípios do estado do Rio Grande do Sul no período de 2017 a 2020, enfocando abrangência, intensidade, formas de atuação e relações das PPP's existentes nos municípios com a caracterização geral e educacional locais. Também, conhecer a abrangência das parcerias público-privadas em educação nos municípios gaúchos; investigar a intensidade das parcerias público-privadas em educação, enfocando no impacto junto a educação básica; elucidar as formas de atuação das parcerias público-privadas em educação junto aos municípios do RS, principalmente aquelas destinadas a atender demandas na área da gestão educacional/escolar, formação de professores, materiais didáticos e oferta de vagas na educação infantil e; relacionar, por meio do cruzamento de informações, a efetivação das parcerias público-privadas em educação com a caracterização geral e educacional de cada município.

### **2.2. Percurso investigativo**

A investigação sobre as PPP's nos municípios do Rio Grande do Sul envolve basicamente três movimentos distintos e articulados pelo método conhecido como etnografia de redes. Tal método busca conhecer a manifestação pública, principalmente na *web*, de entidades privadas que atuam a partir da lógica da governança, influenciando, desde uma visão particularizada, o funcionamento do setor público.

O primeiro movimento trata-se a organização de informações referentes aos dados gerais e educacionais dos municípios do RS. O segundo refere-se a busca de informações acerca das PPP's em educação nos sítios eletrônicos oficiais dos municípios e/ou outras fontes que revelem a existência de parcerias. O terceiro sistematiza o conjunto de PPP's em educação formalizadas e disponível junto ao portal Licitacon Cidadão, do Tribunal de Contas do Estado do RS.

Vale ressaltar que a pesquisa contou com o trabalho de estudantes, professores, bolsistas, mestrando e doutorando da FURG, UFPEL e UFRGS, totalizando 30 pessoas nas três fases, aproximadamente. A coordenação da pesquisa conta com professoras/es das três instituições e as diretrizes dos trabalhos foram construídas coletivamente durante reuniões semanais, quinzenais e mensais, dependendo da fase e demanda de tarefas. O detalhamento metodológico será pormenorizado a seguir

### 2.2.1. Informações gerais dos municípios do Rio Grande do Sul

Assim, a partir dos eixos principais da pesquisa (Oferta de vagas, consultoria em gestão, formação de professores, material didático e/ou sistemas apostilados e outras parcerias), buscou-se, para o início do mapeamento, a caracterização geral dos 497 municípios do RS no período de 2017 a 2020. As informações solicitadas para essa etapa foram agrupadas em dois momentos:

- Informações gerais do município: agrupa dados relativos à população, partido do poder executivo, número de escolas, balanço orçamentário, índice GINI, Produto Interno Bruto, Índice de Desenvolvimento Humano.
- Informações educacionais do município: reúne informações como Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, quantidade de matrículas nas redes públicas e privada, taxas de escolarização, quantidade instituições de ensino.

Para a realização da coleta de dados gerais e educacionais, utilizamos como fonte as informações contidas nos seguintes portais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Portal do Tribunal Regional Eleitoral do RS, Censo Escolar, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE, Sistema Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS). Para que possamos extrair as informações, contamos, em parte, com o auxílio de um programador o qual criou um sistema de extração de dados para preenchimento automático das planilhas. Os dados que não foram extraídos pelo trabalho do programador foram coletados diretamente nos portais citados anteriormente, principalmente por estudantes e bolsistas de iniciação científica da Universidade Federal de Pelotas,



Universidade Federal do Rio Grande e Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A coleta foi sucedida da verificação, cujos objetivos é a garantia de que não houve dado extraídos de forma errônea. Após essa segunda checagem os dados eram transferidos para a planilha geral/educacional.

Abaixo encontra-se um exemplo de tabela de caracterização geral dos municípios:

MUNICIPIO	POPULAÇÃO TOTAL (IBGE)		ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (TRE-4ºREG)		NÚMERO DE ESCOLAS (INEP - CENSO ESCOLAR)				DADOS DO ORÇAMENTO EXECUTADO - VALORES GASTOS COM EDUCAÇÃO			
	2010	2018 (estimada)	2013-2016	2017-2020	2017	2018	2019	2020	2017	2018	2019	2020
Aceguá	5394	4858	PMDB	PSDB	5				5.637.882,35	7.199.830,93	7.988.276,78	7.727.682,09
Água Santa	3722	3753	PMDB	MDB	6				4.337.563,57	4.288.432,50	4.561.198,66	4.240.685,78
Agudo	16722	16524	PMDB	MDB	12				14.477.593,03	15.403.677,96	16.335.349,58	15.484.166,30
Ajuriçaba	7255	7063	PT	MDB	11				5.880.899,11	5.277.608,04	6.070.228,61	5.610.238,88
Alecrim	7045	6077	PMDB	MDB	8				3.508.957,96	4.040.476,66	4.563.471,44	3.951.621,66
Alegrete	77553	74173	PMDB	MDB	68				52.262.587,75	45.174.570,33	54.316.366,59	48.714.024,36
Alegria	4301	3559	DEM	PROGRESSISTA	5				3.035.818,60	3.098.393,75	3.259.784,17	3.343.367,14
Almirante Tamandaré do Sul	2067	1979	PMDB	PDT	4				2.833.351,40	3.020.266,75	3.425.739,26	3.014.602,03
Alpestre	8027	6458	PMDB	PDT	12				6.439.428,15	6.240.248,57	7.021.419,74	6.883.925,03
Alto Alegre	1848	1663	PDT	PDT	4				1.868.601,68	1.862.687,12	1.976.035,31	2.040.307,83
Alto Feliz	2917	3020	PMDB	PTB	4				3.285.502,64	3.400.320,65	3.626.980,27	4.186.107,54
Alvorada	195673	209213	PT	MDB	71				106.748.799,51	114.685.930,00	120.899.979,34	123.825.483,73
Amaral Ferrador	6353	6974	PMDB	PDT	7				4.957.202,29	5.476.495,13	5.886.135,79	5.079.004,09
Ametista do Sul	7323	7416	PT	PDT	6				5.396.661,17	5.976.566,67	6.731.342,80	6.481.980,31
André da Rocha	1216	1324	PMDB	PTB	2				1.472.315,92	2.037.849,53	2.140.243,18	1.979.922,24
Anta Gorda	6073	6003	PP	PDT	11				3.062.107,54	3.526.451,03	3.909.151,84	3.614.951,18
Antônio Prado	12833	13055	PT	MDB	15				9.086.819,06	9.258.692,06	9.488.589,47	8.801.530,44
Arambaré	3693	3600	PDT	MDB	5				3.926.508,40	4.324.615,37	4.457.572,48	4.239.928,95
Araricá	4864	5677	PMDB	PROGRESSISTA	6				12.474.208,44	10.866.429,03	11.000.216,03	10.200.000,10

(Figura 01 - Dados Gerais e Educacionais – Elaborado pelos autores)

## 2.2.2. Informações das Parcerias Público-Privadas a partir dos sites oficiais das prefeituras municipais

O trabalho de pesquisa sobre as PPPs que estão sendo realizadas nos municípios do RS foi conduzido para os sítios eletrônicos oficiais, prioritariamente, após o insucesso da busca de informações através de formulário encaminhado<sup>7</sup>; inclusive a elaboração de um vídeo ilustrativo<sup>8</sup>, a equipe optou por deixá-lo de lado. Os motivos principais foram a baixa adesão dos municípios ao preenchimento dos questionários, embora as tentativas diretas e intermediárias (principalmente com Federação das Associações do Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS) tenham sido realizadas inúmeras vezes.

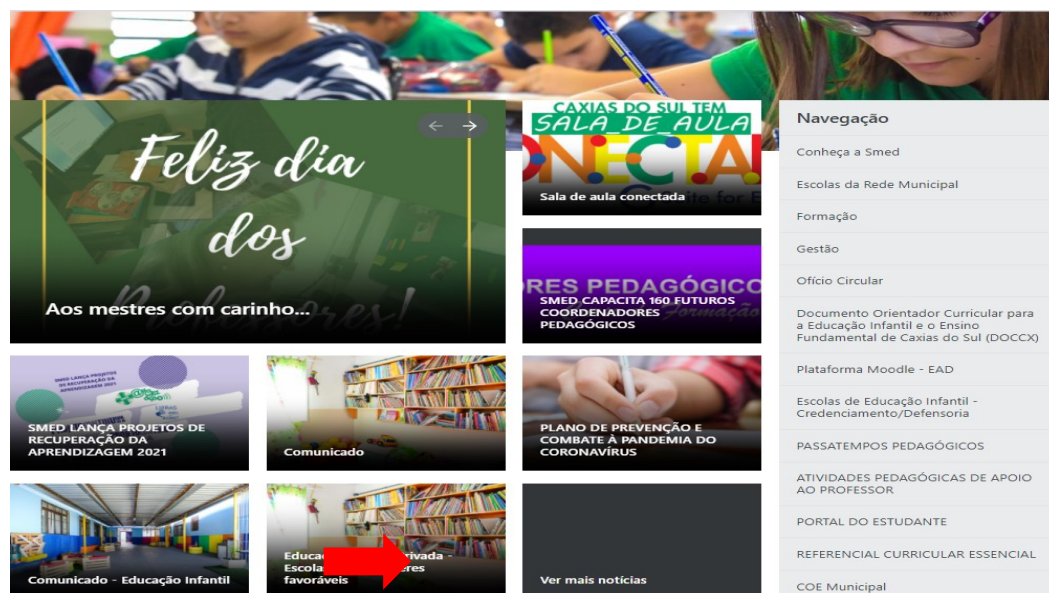
<sup>7</sup> Disponível em

[https://docs.google.com/forms/d/1QapTASG8FH4zrGhuH6EKarSpuK0XyU\\_LMV1j4wlvhK/vie/wform?edit\\_requested=true](https://docs.google.com/forms/d/1QapTASG8FH4zrGhuH6EKarSpuK0XyU_LMV1j4wlvhK/vie/wform?edit_requested=true) o formulário encaminhado em 2019 teve baixa devolutiva por parte dos municípios, não alcançando 30% do número total das cidades do RS.

<sup>8</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XRtybV5iuyE>

Assim, após ampla discussão entre os pesquisadores acerca sobre quais as fontes necessárias, encaminhamos alguns critérios que orientaram a investigação, entre eles: informações presente em sítios eletrônicos oficiais do município (fonte 01), sítios eletrônicos da instituição parceira (fonte 02) ou sítio eletrônico jornalística. Cabe observar que, redes sociais como o *Facebook*, poderiam ser analisados desde que indicados pelo site oficial como divulgadores das notícias. Além disso, as informações buscadas deveriam ser: Informações sobre PPPs, data da PPP, data da notícia encontrada, área da parceria, nome de instituição parceira, ação, período da ação, recursos publicou ou contrapartidas, abrangência e fontes (*link da informação*)<sup>9</sup>.

Ao acessar o sítio eletrônico oficial, a busca se deu na parte da Secretaria da Educação (figura 02), utilizando duas formas de pesquisa. A primeira valeu-se dos seguintes termos descritores: Parcerias; Convênios; Acordos; Sistemas Apostilados; Materiais Didáticos; Oferta de Vagas na Educação Infantil; Consultoria ou Assessoria em Gestão; Formação de professores. Após filtrar as informações através das palavras-chave, verificou-se as notícias pelos títulos e subtítulos.



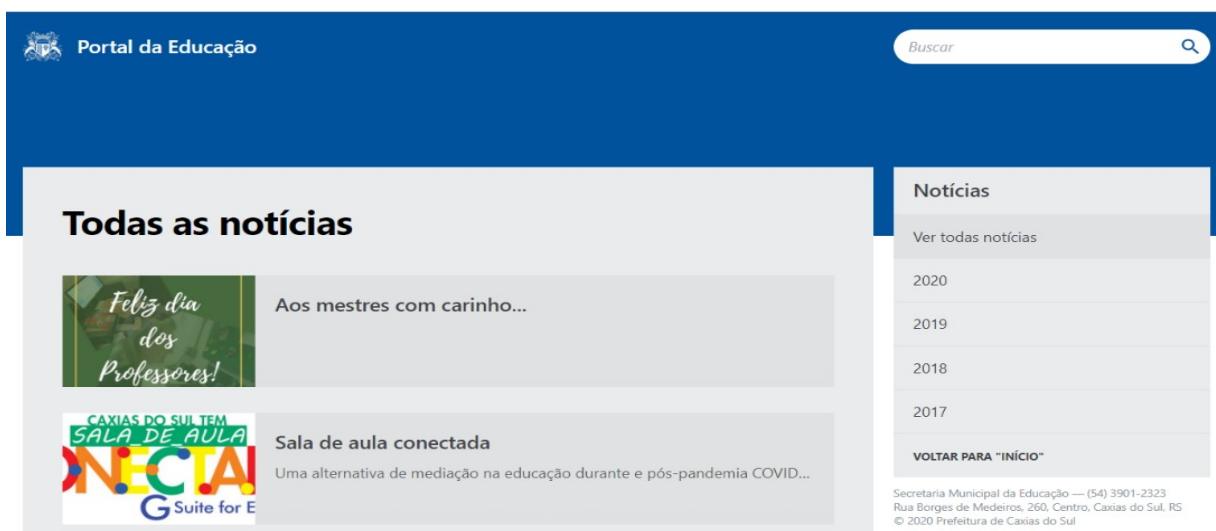
(Figura 02 - Exemplo de site oficial de prefeitura: SMED de Caxias do Sul. Arquivo do NEPPE)

<sup>9</sup> Para auxiliar na elaboração dessa etapa da pesquisa elaboramos um Tutorial que pode ser visualizado neste link <https://www.youtube.com/watch?v=m3R91KRVShQ>

	<p><b>Defesa da mulher continua em meio à pandemia do Coronavírus</b></p> <p>O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) continua atento à...</p>
	<p><b>Tô Mascarada! Tô Protegida!</b></p> <p>Smed realiza projeto nas Escolas de Educação Infantil com gestão comparti...</p>
	<p><b>Smed oferece formação alinhada à BNCC na área de Língua Portuguesa</b></p> <p>Parceria entre Secretaria Municipal da Educação (Smed) , Itaú Social, Centro...</p>
	<p><b>PLANOS DE TRABALHO ON-LINE</b></p> <p>Smed lança recurso educacional para Planos de Trabalho On-line</p>

(Figura 03- Exemplo de seleção de notícias pelo título. Arquivo do NEPPE)

A segunda forma poderia ser realizada diretamente na aba “notícias” (figura 04) sem usar os filtros e palavras-chave, neste caso, seria necessário abrir todas as notícias que mencionasse os eixos: Oferta de Vagas na Educação Infantil Consultoria e/ou Assessoria em Gestão; Formação de Professores e Materiais didáticos e Sistemas apostilados.



Portal da Educação

Buscar

**Todas as notícias**

Feliz dia dos Professores! Aos mestres com carinho...

CAXIAS DO SUL TEM SALA DE AULA NECTA! Suite for E Sala de aula conectada Uma alternativa de mediação na educação durante e pós-pandemia COVID...

**Notícias**

Ver todas notícias

2020

2019

2018

2017

VOLTAR PARA "INÍCIO"

Secretaria Municipal da Educação — (54) 3901-2323  
Rua Borges de Medeiros, 260, Centro, Caxias do Sul, RS  
© 2020 Prefeitura de Caxias do Sul

(Figura 04- Exemplo de busca a partir de todas as notícias. Arquivo do NEPPE)

Estes procedimentos permitiram acesso a um número considerável de notícias que envolvem as parcerias público-privadas em educação, mas, também, a existência de relações público-privadas em educação. Embora haja

reconhecidamente a presença de instituições privadas ligadas ao capital financeiro, agronegócios, sistema “S” e a incorporação de tais lógicas no funcionamento da educação e da política educacional nos/dos municípios, não foi sendo possível afirmar, a partir das notícias, que a grande maioria dos municípios possuem parcerias público-privadas, principalmente pela ausência de informações contratuais.

Todas as notícias selecionadas, foram lidas e a partir delas foi preenchida a tabela com as informações coletadas (figura 5). Por se tratar de material virtual e passível de exclusão da internet, as notícias foram salvas em formato *pdf* para que pudesse assim compor o banco de dados de forma permanente. Caso não fosse constada nenhuma notícia, a palavra “nada consta” foi indicada na linha do município na tabela.

MUNICÍPIO	INFORMAÇÕES SOBRE PPP'S	DATA DA PPP	AREA DA PARCERIA	NOME DA INSTITUIÇÃO PRIVADA	AÇÃO	PERÍODO DA AÇÃO	RECURSOS PÚBLICOS OU CONTRAPARTIDAS	ABRANGÊNCIA	F
São Jorge	sim	Não consta	Formação de profes	SICREDI	Reunião pedagógica - União faz a	10/03/2017	Não consta	600 professores re	<a href="#">http://</a>
São Jorge	sim	Não consta	Outra: saúde bucal	SESC	Educação em saúde bucal	Segunda quinzena de	Não consta	alunos do Jardim	<a href="#">http://</a>
São Jorge	sim	Não consta	Formação de profes	SICREDI	Palestra - União faz a Vida	20/03/2017	Não consta	Profs rede estadu	<a href="#">http://</a>
São José das Mis	sim	Não consta	Outra: Fundo Social	SICREDI	Fundo social: projeto música na Et	14/09/2020	R\$ 2.200	1 escola E.I	<a href="#">https://</a>
São José do Her	sim	Não consta	Outra: informática p	Consysdata – Projeto Multímídia	Curso informática profissionaliz	11/09/2018	Não consta	público em geral	<a href="#">http://</a>
São José do Her	sim	Não consta	Outra: celebração	SICREDI	Celebração dia das Crianças	11/10/2017	Não consta	1º anos EF	<a href="#">http://</a>
São José do Hort	Não consta								
São José do Inha	sim	03/02/2017	Outra: saúde bucal	SESC	Educação em saúde bucal	Não consta	Não consta	Educação Infantil	<a href="#">https://</a>
São José do Ouri	sim	Não consta	Outra: educação lite	Editora Corrêa	Festival Literário	26/06/2018	Não consta	Escolas Municipai	<a href="#">http://</a>
São José do Sul	sim	Não consta	Formação de profes	Universidade de Caxias do Sul	Palestra	16 a 18 de julho de 20	Não consta	Professores rede	<a href="#">https://</a>
São José dos Au:	Não consta								
São Leopoldo	sim	Não consta	Outra: jogos digitais	SESC	Jogos Escolares Municipais	15 a 30 out.	Não consta	Escolas Municipai	<a href="#">https://</a>
São Leopoldo	sim	Não consta	Outra: curso de Man	Instituto Confúcio	Curso de Madarin	1 set a 19 dez.	R\$ 260,00 por pessoa	Comunidade em g	<a href="#">https://</a>
São Leopoldo	sim	Não consta	Formação de profes	SESC e SICREDI	Palestra com professor Cortella	30/jun	Não consta	Professores rede	<a href="#">https://</a>
São Leopoldo	sim	Não consta	Formação de profes	SESC	Palestra com Núvoa	18/fev/20	Não consta	Professores rede	<a href="#">https://</a>
São Leopoldo	sim	Não consta	Outra: atendimento	Centro Medianeira	Entretenimento período de férias	Férias escolares	Não consta	Alunos entre 6 a 1	<a href="#">https://</a>
São Leopoldo	sim	Não consta	Formação de profes	UNISINOS	Formação professores iniciantes	4 out a 25 nov. 2019	Não consta	Professores inicia	<a href="#">https://</a>
São Leopoldo	sim	14 out. 2019	Outra: Projeto Partii	SESC	Palestras problemas sociais p	14 a 29 out. 2019	Não consta	2000 alunos da rec	<a href="#">https://</a>
São Leopoldo	sim	Não consta	Formação de profes	Sociedade de Ginástica de Novo Han	Formação em Punhobol	25/out/19	Não consta	Professores rede	<a href="#">https://</a>

(Figura 05 - Tabela preenchida. Arquivo do NEPPE)

Após o preenchimento da tabela, foi elaborado o quadro síntese (figura 6), para que se pudesse visualizar de forma mais rápida os resultados encontrados.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	
1	MUNICÍPIOS	OFERTA DE VAGAS			CONSULTORIA EM GESTÃO			FORMAÇÃO DE PROFESSORES			MATERIAL DIDÁTICO			OUTRA	
2		Número de parcerias	Instituições	Contrapartida	Número de parcerias	Instituições	Contrapartida	Número de parcerias	Instituições	Contrapartida	Número de parcerias	Instituições	Contrapartida	Número de parcerias	Insti
3	São Jorge							2	SICREDI	Nada consta				1	SESC
4	São José das Missões													1	SICRI
5	São José do Herval													2	Cons
6	São José do Inhacorá													1	SESC
7	São José do Ouro													1	Editt
8	São José do Sul							1	UCS	Nada consta				5	UCS
9	São Leopoldo							8	SESC/SICREDI/	Nada consta				4	SESC
10	São Marco							1	Centro	Nada consta	1	Im Next Futsal	o material esportivo		
11	São Martinho										1	PF: João Derly	19.600,00		
12	São Miguel das Missões							1	SICREDI					4	RGE:
13	São Pedro do Sul													1	SICRI

(Figura 06 - Tabela preenchida. Arquivo do NEPPE)



Dessa forma, a pesquisa demonstrou a necessidade de uma definição mais concreta acerca das PPPs que permita a diferenciação entre as parcerias e relações entre público e privado. A partir dessa necessidade, entendemos que as PPPs relativas aos eixos principais da pesquisa (Oferta de Vagas na Educação Infantil; Consultoria e/ou Assessoria em Gestão; Formação de Professores; Materiais didáticos e Sistemas apostilados) podem ser consideradas como aquelas ações entre o setor público e privado, que se caracterizem como processos contínuos de influência da lógica empresarial-mercadológica na educação pública, com ou sem transferências de recursos financeiros, formalizados em contratos, convênios, termos, etc.

Assim, após breve avaliação, o grupo da pesquisa sentiu a necessidade de aprofundar as buscas para obter informações mais precisas sobre as parcerias, como contratos e licitações firmadas entre cada prefeitura e entes privados. Foi nesse contexto, que se decidiu por trazer tais informações através do Licitacon Cidadão do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul.

### 2.2.3. Informações das Parcerias Público-Privadas a partir do Licitacon Cidadão (TCE-RS)

O Licitacon é o sistema informatizado desenvolvido pelo TCE-RS para controle e monitoramento das licitações e contratos administrativos firmados pelos órgãos, poderes e entidades das esferas públicas municipal e estadual do RS (TCE-RS, 2021). Na esfera municipal: o Licitacon entrou em operação, em caráter facultativo, desde 01º de dezembro de 2015, tornando-se obrigatório a partir de 02 de maio de 2016.

O procedimento de coletas de dados no referido site foi considerado mais adequado tendo em vista que as informações a serem pesquisadas, quais sejam as parcerias público-privadas na área da educação, são efetivadas através de instrumentos específicos, legalmente previstos.

Os referidos instrumentos analisados foram contratos, convênios, termos de fomento ou termos de cooperação, de acordo com as especificidades de cada situação. Vale destacar que esses instrumentos, são efetivados através de alguma modalidade de licitação, previstas em lei específica, e ainda, a licitação é o meio pelo qual o poder público efetua suas contratações.

Assim, traçou-se como caminho metodológico, os seguintes passos: acesso ao site através do endereço eletrônico do Licitacon<sup>10</sup>. Já no site, o acesso às informações se deu através do ícone à esquerda denominado Licitacon Cidadão, como demonstra a figura 7. Após esse passo, seguiu-se para a barra de Licitações e Contratos Municipais (figura 8), que solicitava a inserção do nome do município a ser pesquisado. Na sequência, selecionou-se o órgão público, que neste caso, foi “Prefeitura Municipal”.



**Atenção: Novo leiaute a partir do período 02/2019. Consulte a seção de [manuais](#).**

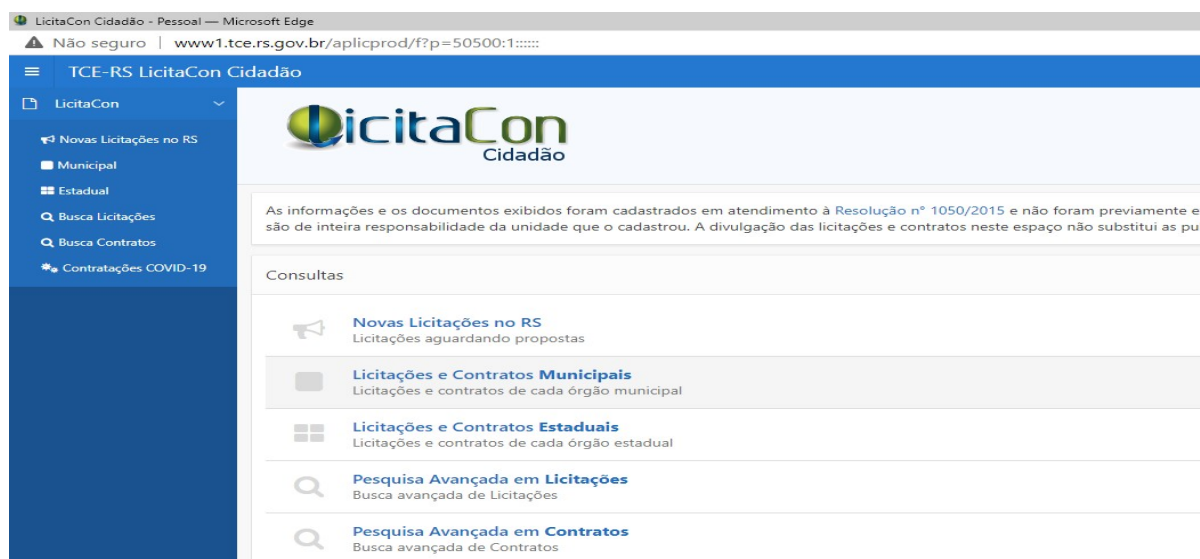
O LicitaCon consiste no novo sistema informatizado desenvolvido pelo TCE-RS para controle e monitoramento das licitações e contratos administrativos firmados pelos órgãos, poderes e entidades das esferas públicas municipal e estadual do Estado Rio Grande do Sul.

A partir de uma sistemática que permite o acompanhamento da licitação durante todas as fases do processo, e do contrato desde sua celebração até o seu encerramento, o LicitaCon irá ampliar a capacidade de monitoramento das contratações públicas, conferindo maior eficiência às atividades de controle desenvolvidas pelo TCE-RS.

Visando atender as diferentes realidades de seus jurisdicionados, o sistema LicitaCon contará com dois módulos para o recebimento das informações.

Os órgãos que não possuem sistema informatizado próprio para o gerenciamento de suas licitações e contratos terão disponibilizado o módulo online, denominado [LicitaCon Web](#). Isto significa que, além dos já mencionados benefícios ao controle externo, o sistema LicitaCon também passará a disponibilizar aos jurisdicionados de menor porte uma ferramenta gratuita para o controle de suas licitações e contratos administrativos.

(Figura 07 – Portal Licitacon Cidadão)



As informações e os documentos exibidos foram cadastrados em atendimento à Resolução n° 1050/2015 e não foram previamente e são de inteira responsabilidade da unidade que o cadastrou. A divulgação das licitações e contratos neste espaço não substitui as pu

Consultas

- Novas Licitações no RS**  
Licitações aguardando propostas
- Licitações e Contratos Municipais**  
Licitações e contratos de cada órgão municipal
- Licitações e Contratos Estaduais**  
Licitações e contratos de cada órgão estadual
- Pesquisa Avançada em Licitações**  
Busca avançada de Licitações
- Pesquisa Avançada em Contratos**  
Busca avançada de Contratos

(Figura 08 – Portal Licitacon Cidadão – Contratos Municipais)

<sup>10</sup> <https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:1:.....>

Estes passos deram acesso a todos os contratos e licitações do município pesquisado. Foram analisados pelos títulos todos os contratos e licitações entre os anos de 2017 a 2020. Após essa análise, todos os contratos e licitações que foram selecionados (respeitando os eixos da pesquisa), foram salvos em formato *pdf* e arquivados em pastas individuais por município. Os documentos então foram lidos e, assim, como foi feito na pesquisa dos sites das prefeituras, duas tabelas foram preenchidas, uma como os dados completos e uma tabela resumo, conforme demonstram as figuras 09 e 10

1	MUNICIPIO	INFORMAÇÕES SOBRE PPP's	DATA DA PPP	AREA DA PARCERIA	NOME DA INSTITUIÇÃO PRIVADA	AÇÃO	PERÍODO DA AÇÃO	RECURSOS PÚBLICOS CONTRAPARTIDAS
2	São Jorge	sim	27/03/2019	Outra	J.A. ARTMANHAS TEATRAL EIRELI	Musicalização e coral	Abril a dezembro 2019	1.850,00 mês
3	São Jorge	sim	04/02/2019	Outra	J.A. ARTMANHAS TEATRAL EIRELI	Aulas acordeão, guitarra e teclado	fev a dez. 2019	1.450,00
4	São José das Missões	Sim	13/12/2017	Consultoria em gestão	Aliano de Amaral Dias - Me	assessoria e consultoria técnicas e adm	13/12/2017 a 12/12/2020	
5	São José do Herval	Sim	10/03/2017	Consultoria em gestão	SIMAE - SISTEMA DE MONITORAMENTO E APOIO EDUCACIONAL LTDA		Set. 2017 a set. 2018	8.700,00
6	São José do Herval	sim	15/03/2019	Outra	GILMAR DA SILVA JÚNIOR - ME	Oficinas de canto e música	01/04/19 a 31/03/2021	2.600,00 mensal
7	São José do Herval	sim	14/08/2017	Outra	Denar da Silva	Oficinas de esporte	14/08/2017 a 14/08/2018	1.500,00 mensal
8	São José do Herval	sim	09/03/2020	Consultoria em gestão	SIMAE - SISTEMA DE MONITORAMENTO E APOIO EDUCACIONAL LTDA	serviços técnicos profissionais de c	09/03/2020 a 08/03/2021	8.700,00
9	São José do Hortêncio	sim	21/06/2018	Consultoria em gestão	Maria do Carmo Prates Uchoa Cavalari	ASSESSORIA NA ÁREA DE PROGRAMAS	01/07/2018 a 31/12/2018	7.200,00
10	São José do Hortêncio	sim	07/11/2019	Formação de professores	TOPSER - CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO	FORMAÇÃO ONLINE DOS PROFESSORES	07/11/2019 a 20/12/2019	3.850,00
11	São José do Ouro	sim	10/08/2020	Outra	BETHA SISTEMAS LTDA	CONTRATAÇÃO DO MÓDULO EDUCAÇÃO	10/08/2020 a 10/08/2021	21.000,00
12	São José do Ouro	sim	15/04/2019	Outra	BRENDA MARIA RIBEIRO PAES	AULAS DE MUSICA, CANTO E MELODIA	15/04/2019 a 14/01/2020	14.850,00
13	São José do Ouro	sim	12/06/2018	Outra	BRENDA MARIA RIBEIRO PAES	Oficina de música	12/06/2018 a 11/12/2018	7.980,00
14	São José do Sul	sim	06/03/2020	Outra	Leonardo Jahn	Contratação de empresa especializada	Março a dezembro 2020	17.282,00
15	São José do Sul	sim	05/03/2020	Outra	Top Byte Treinamentos - Eireli	Contratação de empresa especializada	Março a dezembro 2020	17.400,00
16	São José do Sul	sim	27/05/2019	Outra	Cesar Augusto Lopes	Contratação de empresa para a prestação	27/05/2019 a 25/05/2020	21.600,00
17	São Leopoldo	sim	24/07/2020	Outra	GETEDU CONSULTORIA EM FORMACAO	CONTRATAÇÃO de Empresa Parceira	24/07/2020 a 23/07/2021	22.000,00
18	São Leopoldo	sim	26/04/2019	Formação de professores	SARIANE DA SILVA PECOITS	Contratação de Palestrante, pessoa física	26/04/2019 a 25/01/2020	45.000,00
19	São Leopoldo	sim	18/02/2019	Formação de professores	SOLOM EDUARDO ANNES VIOLA	Contratação de palestrante Solon Educa	18/02/2019	3.500,00
20	São Leopoldo	sim	19/02/2018	Formação de professores	PÓS- TUDO JORNALISMO E CULTURA	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE PARA	19/02/2018	5.000,00

abaixo:

(Figura 09 – Tabela com dados dos contratos Licitação Cidadão)

1	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	
1	MUNICIPIOS	OFERTA DE VAGAS			CONSULTORIA EM GESTÃO			FORMAÇÃO DE PROFESSORES			MATERIAL DIDÁTICO			OUTRA	
		Número de parcerias	Instituições	Contrapartida	Número de parcerias	Instituições	Contrapartida	Número de parcerias	Instituições	Contrapartida	Número de parcerias	Instituições	Contrapartida	Número de parcerias	Instituições
2															
3	São Jorge							2	SICREDI	Nada consta				1	SESC
4	São José das Missões													1	SICRI
5	São José do Herval													2	Cons
6	São José do Inhacorá													1	SESC
7	São José do Ouro													1	Edit
8	São José do Sul							1	UCS	Nada consta				5	UCS
9	São Leopoldo							8	SESC/SICREDI/	Nada consta				4	SESC
10	São Marco							1	Centro	Nada consta	1	Im Next Futsal	o material esportivo		
11	São Martinho										1	PF: João Derly	19.600,00		
12	São Miguel das Missões							1	SICREDI					4	RGE
13	São Pedro do Sul													1	SICRI

(Figura 10 – Tabela-resumo com dados dos contratos Licitação Cidadão)

### 2.3. Encaminhamentos para constituição do banco de dados

A partir da finalização da coleta de dados apresentada anteriormente, passamos ao tratamento e organização das informações tabuladas nas planilhas, para, posteriormente, migrá-las ao banco de dados. Basicamente, os procedimentos contemplam a conferência minuciosa de cada dados

apresentados nas três tabelas e, concomitantemente, a modelagem do banco de dados que receberá as informações e as análises preliminares acerca dos eixos prioritários da pesquisa.

Nesse sentido, os trabalhos da pesquisa foram reorganizados em pequenos grupos, os quais devem ocupar-se: 1) elaboração da modelo e estruturação do banco de dados, constituído por profissionais da área da programação e modelagem; 2) subgrupos responsáveis pelas análises iniciais dos dados gerais, notícias e contratos encontrados; 3) revisão e preenchimento de informações faltantes nas planilhas.



## CAPÍTULO III – EIXO INVESTIGATIVOS

### 3.1. Consultoria/Assessoria em Gestão

O subgrupo que analisou o eixo investigativo que trata da Consultoria e/ou Assessoria em Gestão, coletou os dados referente às Parcerias Público Privadas (PPPs) firmadas com as prefeituras municipais do Estado do RS a partir de notícias veiculadas nos sites oficiais dos municípios e, da mesma forma, de contratos firmados com diferentes instituições privadas, disponibilizados no LicitaCon Cidadão, uma ferramenta produzida e gerida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE-RS e alimentada pelos municípios.

Foram encontradas o total de 44 empresas que realizaram ações em parceria com as redes públicas municipais no período de 2017-2020, período definido para a coleta dos dados. Foram identificados 127 contratos de prestação de serviço. O percentual de contratos equivale a 48,82% do total ou numericamente 62 contratos estão relacionados a somente uma empresa, o SIMAE, conforme tabela abaixo:

TABELA 1 – EMPRESAS DE CONSULTORIA E GESTÃO X CONTRATOS COM MUNICÍPIOS DO RS

EMPRESA	NÚMERO DE CONTRATOS
SIMAE– SISTEMA DE MONITORAMENTO E APOIO EDUCACIONAL LTDA	62
Instituto Educacional e Tecnológico Primeira Opção	8
FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E CULTURA DO SIST. DE CRÉDITO COOPERATIVO - FUNDAÇÃO SICREDI	6
DT CENTRO DE TREINAMENTO EDUCACIONAL LTDA	4
ANDREA VANESSA CORDEIRO ALEXANDRE	3
ABASE SISTEMAS E SOLB2:B35UCOES LTDA	2
ANELISE BARTH	2
DPM Educação LTDA	2
Fortaleza Tec; Betha Sistemas	2
I.M FREESE KOLINSKI CONSULTORIA	2
Accorsi Carvalho Servicos Empresariais Ltda	1
ALFLEN & WAECHTER LTDA	1
Aliana do Amaral Pias – Me	1
Associacao Educacional Amigos da Escola	1
BKR INFORMATICA LTDA	1
C. E. SANCHES & CIA. LTDA. – EPP	1
CB Serviços educacionais	1
CENTRO ESTUDOS ADM PUB EDITORA LTDA ME	1

DALBERTO CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELI	1
Daniela Elegeda ME	1
E.P.Penna Treinamentos	1
Elaine Madalena Zimmer – Me	1
ELIZABETH DE PELEGINI SANTINI	1
F. DALBERTO EIRELI - CB SERVICOS EDUCACIONAIS EIRELI ME	1
FALA CIDADAO TECNOLOGIA E SERVICOS DE INTERNET LTD	1
Franciele Panazzolo	1
Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF)	1
Hilaria Arnold Kreuz	1
Inova Sul Industrial Ltda	1
IVAN PENTEADO DOURADO – ME	1
JOSELIA MARIA LORENCE FRAGA 71398040010	1
Katia Regina PortzSchardong	1
LIDERE ASSES. EMPRES. E TREINAM. LTDA-ME	1
Maira Risson Assessoria Pedagogica Ltda	1
MARIA CLAUDIA DAL IGNA	1
Maria do Carmo Prates Uchoa Cavalcanti	1
Marlea Ramos Alves	1
Mediajur	1
SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	1
SIMONE NENÊ PORTELA DALBOSCO	1
SR FRANCISCATTO E CIA LTDA	1
UILI BERGAMIN	1
VIVIANI VANESSA DEVALLE	1
ZELO CONSULTORIA EM EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO INF	1
<b>TOTAL DE CONTRATOS</b>	<b>127</b>

Fonte: LicitaCon Cidadão (TCE-RS)

Conforme se evidencia na tabela acima, do total de 44 empresas, através do quesito de seleção que destaca as empresas com mais de 1 contrato, tem-se 11 empresas para análise mais aprofundada. Algumas empresas trabalham esporadicamente para os municípios ou então desenvolvem atividades em outras áreas, porém, vale ressaltar que nesta fase do estudo serão analisadas somente as parcerias onde a finalidade é a consultoria em gestão.

Utilizando os indicadores que foram coletados na consulta de CNPJ disponível publicamente na página da Receita Federal do Brasil, tem-se informações ainda mais relevantes sobre os parceiros com mais número de contratos cadastrados no LicitaCon com municípios do Estado gaúcho.

TABELA 2 – DADOS DOS PARCEIROS POR CONSULTA DE CNPJ

<b>EMPRESA</b>	<b>DATA DE ABERTURA</b>	<b>ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b>	<b>NATUREZA JURÍDICA</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>UF</b>
SIMAE– SISTEMA DE MONITORAMENTO E APOIO EDUCACIONAL LTDA	03/01/2017	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	Sociedade Empresária Limitada	NAO-ME-TOQUE	RS
Instituto Educacional e Tecnológico Primeira Opção	16/05/2011	Outras atividades de ensino não especificadas	Sociedade Empresária Limitada	PUTINGA	RS
FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E CULTURA DO SIST. DE CRÉDITO COOPERATIVO - FUNDAÇÃO SICREDI	18/05/2005	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	Fundação Privada	PORTO ALEGRE	RS
DT CENTRO DE TREINAMENTO EDUCACIONAL LTDA	19/10/2007	Outras atividades de ensino não especificadas	Sociedade Empresária Limitada	CAMPINAS DO SUL	RS
ANDREA VANESSA CORDEIRO ALEXANDRE	20/11/2018	Outras atividades de telecomunicações não especificadas	Empresário (Individual)	PINHAL DA SERRA	RS
ABASE SISTEMAS E SOLUCOES LTDA	15/09/1989	Desenvolvimento e licenciam. de programas de computador	Sociedade Empresária Limitada	TRÊS DE MAIO	RS
DPM Educação LTDA	17/12/2010	Outras atividades de ensino não especificadas	Sociedade Empresária Limitada	PORTO ALEGRE	RS
BETHA SISTEMAS LTDA	01/03/1995	Desenvolvimento e licenciam. de programas de computador	Sociedade Empresária Limitada	CRICIUMA	SC
I.M FREESE KOLINSKI CONSULTORIA	29/08/2018	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	Sociedade Empresária Limitada	TRÊS PASSOS	RS

Fonte: Consulta Cadastral Pública- Receita Federal do Brasil

A tabela 2 demonstra que a maioria das empresas parceiras é de fundação recente, caracterizadas como sociedade empresária limitada e com sede no próprio Estado. A informação que deve ser evidenciada é a de que algumas empresas não possuem como atividade principal a consultoria em gestão ou educacional, sendo muitas vezes empresas de softwares e informática, em sua origem, que percebem na educação uma oportunidade de mercado.

Quanto aos valores dispensados nestas consultorias de gestão tem-se identificado mais de R\$1.100.000,00 em contratos cadastrados no sistema LicitaCon de 2017 a 2020. A SIMAE arrecadou mais de R\$ 220.000,00 durante o período analisado para prestar consultoria aos municípios. Além disso, é necessário frisar que a empresa com mais valor arrecadado é a Instituto Educacional e Tecnológico

Primeira Opção com mais de R\$ 318.000,00 e que os dados financeiros ou de contrapartida com Fundação SICREDI não foram identificados nesta análise.

No que tange às consultorias realizadas no âmbito da gestão observou-se que algumas empresas se repetem na amostra. Municípios de menor porte apresentam uma maior presença destas empresas, um dos motivos tende a ser a dificuldade de acesso à formação de servidores fora dos principais centros do Estado, mas também fatores como o partido político da gestão pública e as possíveis relações com a direção dessas empresas, tais relações serão analisados em uma próxima fase desta pesquisa.

Como principais ações desenvolvidas pelos parceiros privados se podem destacar palestras e formações em liderança, autoconhecimento, incentivo ao *coaching* e a motivação, empreendedorismo e educação financeira. Na área de assessoramento técnico, o que se observou com mais frequência foram ações voltadas à reestruturação do Plano de carreira do Magistério, Sistema de ensino e Conselhos de educação, gestão escolar, assessoria para preenchimento e atualização SIMEC/PAR, entre outros serviços.

A SIMAE é uma empresa de assessoria educacional criada recentemente (03/01/2017, com sede no município de Não me Toque e identifica como atividade principal “Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial” e como atividades secundárias “Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares”.

A instituição que recebeu o maior montante de recursos durante o período analisado, o **Instituto educacional e tecnológico primeira opção**, é localizada em Putinga/RS



No site do Instituto<sup>11</sup> consta que é uma empresa voltada para a área educacional profissional, prestando serviços de assessorias permanentes ou conforme as necessidades do município. Atua na busca de captação de recursos para a educação, formações para gestores, professores e toda a

---

<sup>11</sup><https://institutoprimeiraopcao.com.br/>

equipe da educação. Elabora e auxilia na construção de documentos importantes para os municípios dentro da área de educação.



O Instituto desenvolveu um sistema próprio para assessoramento à gestão da Educação Municipal, a **Gestão Edu**, visando atender as necessidades das prefeituras em relação à assessoria, consultoria, orientações técnicas sobre o Planejamento de Ações, Execução de Programas e Prestações de Contas, que visam facilitar o cadastramento de projetos, nas buscas de recursos federais para o município.

Oferece vários treinamento e cursos técnicos em EAD.



A terceira instituição com maior inserção nos municípios do Estado do RS é a Fundação do Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI), com sede em Porto Alegre, mas com agências em vários municípios do Estado e em outros estados do país. A Fundação Sicredi é o braço social e cultural do Banco Sicredi. É uma entidade privada, com autonomia jurídica e financeira, reconhecida pelo Ministério da Justiça do Brasil como uma Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). A empresa anuncia que a Fundação trabalha para manter viva a essência do cooperativismo por meio de ações diretamente ligadas à educação e cultura.

Observou-se que, com exceção do SICREDI, as demais entidades com maior inserção na assessoria em gestão nas redes municipais são de pequeno porte, recentemente criadas, em sua maioria não possuem sites oficiais. Das dez que foram evidenciadas com maior número de contratos (Tabelas 1 e 2), somente uma é de fora do Estado do RS, situada em Criciúma, as demais possuem sede em municípios do interior do Estado. Este cenário revela a expansão de empresas privadas com pouca expressão no contexto nacional, constituídas por pessoas com alguma formação no campo educacional, na área de educação a distância e no mercado financeiro, que evidenciam na educação um espaço de negócios promissor.

### **3.2. Formação de Professores**

Esta etapa do relatório tratará de algumas questões levantadas pelo sub-grupo responsável pelo mapeamento das Parceria Público-privadas nos 497 municípios do Rio Grande do Sul, no que diz respeito a Formação de Professores. Esse relatório, em especial, mostrará alguns dos principais sujeitos, individuais e coletivos, cabe destacar que a análise dos dados está em andamento, sendo que o apresentado até o momento, são dados parciais da pesquisa. O interesse na temática da discussão de formação de professores se deu quando algumas instituições privadas revelaram-se extremamente interessadas na temática, tanto no que se refere aos recursos financeiros, quanto na determinação do conteúdo, focado no interesse privado em detrimento do público.

O tema tem sido amplamente explorado em pesquisas do GPRPPE e do GREPPE ao longo dos últimos anos que reconhecem o interesse do tema da formação de professores ao longo das discussões do público-privado na educação o que evidenciou a necessidade de compreender também essa categoria dentro do banco de dados em construção.

O objeto de análise precípua da teoria marxista é a ordem burguesa e, mais precisamente, o nível do movimento do capital – ponto de partida da análise da sociedade. No caso, interessa o debate a respeito das mudanças na Educação em função do capital. Quando se trata de formação de professores, e aqui nos referimos sobretudo à "formação continuada" oferecida pelos municípios, percebe-se a ampliação dos interesses privados. Desta forma, defendemos a importância de se investigar a prática e a materialidade no interesse da classe burguesa pelo recurso público e por uma educação que não seja para todos os cidadãos na medida em que estes projetos entram em choque com os valores defendidos pela Constituição Federal brasileira de 1988. Isso posto que a Educação no Brasil “não tem um histórico democrático e a privatização do público é uma realidade “naturalizada” em nossa cultura” (PERONI, CAETANO, ARELARO, 2019, p. 51). Ora, se a superestrutura compreende a educação e demais componentes ideológicos de uma classe e é permeada pela luta de classes, é de se supor que a classe hegemônica se utilize da sua persuasão político-econômica para fazer valer os seus

interesses. Cá, alerta Peroni (2015; 2018; 2020), a relação do Estado – no atinente à Educação – com o setor privado é perpassada por interesses de cunho mercantil.

É fundamental entender as propostas através das Parcerias Público Privadas (PPPs) (ROBERTSON; VERGER, 2012), no intuito de justificar as relações do Governo Estadual com os organismos internacionais, ONGs e entidades e empresas privadas. Ball e Mainardes (2011) alertam que as reformas na Educação buscam mudar o que significa “ser professor”. Essas reformas têm sustentado a orientação das práticas dos professores e da organização da própria formação dos futuros profissionais. O que está em disputa é um projeto de nação e, nesse caso, de formação de trabalhadores para o grande capital (PERONI, CAETANO, ARELARO, 2019). O conteúdo da educação vem sendo privatizado e as metodologias empregadas são padronizadas e replicáveis (PERONI, 2018). Todavia, questiona-se que tipo de análise crítica é passível de ser desenvolvida sobre uma base construída e aprovada de forma antidemocrática (PERONI, CAETANO, ARELARO, 2019; MARSIGLIA ET AL., 2018; FRANGELLA e DIAS, 2018), como ocorre quando a formação de professores é determinada por interesses privados, em detrimento do público.

O relatório que ora apresentamos não está completo como mencionado nos capítulos anteriores e em especial da metodologia os dados/resultados da pesquisa ainda estão em conferência, o que evidencia a necessidade posterior de nova conferência, principalmente na abrangência de determinadas instituições que tem interesse de explorar o público e alterar as lógicas existentes em detrimento do lucro e da introdução de novas/outras lógicas.

Na lógica de compreender como a formação de professores surgiram algumas perguntas bases que vem nos guiando: quantos e quais municípios do RS tem empresas privadas orientando a formação de professores? qual o perfil das empresas que prestam serviços de formação de professores? existe uma relação entre os municípios e/os partidos políticos dos gestores municipais (prefeitos)? Com base nestas perguntas iniciais sondamos os primeiros resultados apresentados.

Ao se analisar os dados disponíveis no LICITACON percebe-se que há casos que às vezes são as universidades como promotoras da formação

(**UNIVATES, UCS, ULBRA**). Destaca-se aqui que são instituições privadas (não tendo sido encontrado até o momento parceria com instituições públicas de Ensino. Além disso, encontramos casos de pessoas privadas (MEI, ou autônomos) e jurídicas atuando como formadoras. Por exemplo podemos citar como exemplos mais recorrentes **o Sicredi, o Impare Educação** (Accorsi Carvalho Serviços Empresariais Ltda), **SIMAE** - Sistema de Monitoramento e Apoio Educacional Ltda.

Há casos de empresas de serviços, em que uma das áreas é a formação de professor, como **Google, Positivo, Leeman, Itaú Social**. Além de casos de parcerias com o Sistema S (**SESC**-Serviço Social do Comércio e o **SENAC** Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

Ao todo ao o momento foram mapeadas 248 parcerias público-privadas envolvendo formação de professores no RS. Ao cruzar os dados tabulados, alguns sujeitos privados se sobressaem devido ao fato de aparecerem em parcerias com vários municípios, de diferentes regiões e perfis demográficos. **Foi possível mapear de forma mais detalhada até o presente momento 13 sujeitos:**

1) **SIMAE - Sistema de Monitoramento e Apoio Educacional Ltda**

Presente em **38 municípios**, presta serviços de formação de professores além de parcerias que foram enquadradas como “consultoria em gestão” e “outras parcerias”, mas que também podem incluir (de acordo com a descrição) em algum momento a formação de professores. Através de pesquisa no Google não foi possível encontrar um site oficial. CNPJ 26.796.200/0001-96, sede com endereço no município de **Não-Me-Toque/RS**. **Quadro Societário:** Yuri Britto da Silva (Sócio) e Darci Bueno da Silva (Sócio-Administrador)

2) **Impare Educação (Accorsi Carvalho Serviços Empresariais Ltda)**

Presente em **9 municípios** com parcerias na área de formação de professores. Segundo o site da empresa, a mesma atua em mais de 20



**Secretarias de Educação** nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina aplicam a **Metodologia** da Impare Educação que consiste em uma **proposta pedagógica** inovadora que fomenta a consolidação do desenvolvimento de Competências Socioemocionais, nos espaços escolares, por meio de uma educação sensível como via de formação integral das crianças, formando Corpo Docente e **Gestores Escolares** qualificados para atuarem nas Escolas de Educação Básica.

CNPJ: 11.540.817/0001-79. sede com endereço no Município **São João do Polesine-RS. Quadro Societário:** Glauber Benetti Carvalho- Sócio-Administrador Angelo Accorsi Moreira - Sócio-Administrador (Site: <https://www.impare.com.br/>)



### **3) Instituto Educacional e Tecnológico Primeira Opção Ltda - ME**

Presente em **7 municípios**, também firmou parcerias na área de consultoria em gestão. Segundo o site da empresa, a "grande missão é oferecer produtos, serviços e soluções fundamentais voltados à competitividade do setor produtivo demandando resultados que beneficiam nossos clientes sempre buscando inovações e informações no ramo da assessoria, focados na responsabilidade e confiança dos nossos clientes".

CNPJ: 13.770.411/0001-08 sede com endereço no Município de **Putinga - RS. Quadro Societário:** Jose Antonio Guerra Zanette Sócio. Marcia Regiane Borges dos Santos Sócio-Administrador. Site: <https://ead.cursoprimeiraopcao.com.br/>



#### 4) Sociedade Educacional Três de Maio (Setrem)

Presente em **5 municípios** com parcerias na área de formação de professores. Segundo o site da empresa "com origens, fundamentação e objetivos alicerçados desde 22 de setembro de 1950, os quais permanecem presentes e que são: "Formação Cívica, Moral, Cristã, Cultural, Artística, Literária e Científica do Povo Brasileiro".

CNPJ: 98.039.852/0001-97, com sede no Município de Três De Maio-RS. **Quadro de Administradores:** Nelson Moura de Oliveira- Presidente.  
Site: <https://setrem.edu.br/>

---

---

#### 5) Boquinhas Aprendizagem e Assessoria Ltda

Presente em 4 municípios com parcerias na área de formação de professores, ligada à capacitação para a implementação de um método próprio de alfabetização fonovisuoarticulatório.

Segundo o site da empresa, a Missão da mesma é "Prestar serviços na área de Educação, supervisão, assessoria e capacitação de professores e profissionais afins, com o Método das Boquinhas®; Favorecer a comunicação,

a aprendizagem e troca de experiência entre os profissionais da educação, saúde e as famílias tendo como base os resultados obtidos por Boquinhas; Coordenar Multiplicadores de Boquinhas para divulgar a metodologia de forma presencial e à distância; Desenvolver e implantar tecnologias para tratar dos distúrbios de leitura e escrita e outros transtornos, favorecendo a inclusão; Desenvolver, comercializar e distribuir materiais do Método das Boquinhas®."

**CNPJ:** 09.508.047/0001-35 com sede no Município de Bauru-SP.  
Quadro de Sócios: RENATA SAVASTANO RIBEIRO JARDINI Sócio-Administrador, AILSON DE OLIVEIRA Sócio. Site: <https://metododasboquinhas.com.br/>



## 6) Fundação Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Presente em **4 municípios** com parcerias na área de formação de professores.

CNPJ: 88.648.761/0001-03 com sede no Município de Caxias do Sul-RS. Representante Legal: JOSE QUADROS DOS SANTOS ( PRESIDENTE ). Site: <https://fundacao.ucs.br/>



## 7) Rodrigo dos Santos Keller & Cia Ltda

Presente em **4 municípios** com parcerias na área de formação de professores (mais uma parceria para venda de livros). Mobiliza profissionais para ministrar palestras diversas para professores das redes municipais.

Não possui site. CNPJ 06.998.502/0001-30. Empresa com sede em Cachoeira do Sul/RS. Empresário (Individual), **RODRIGO DOS SANTOS KELLER** - Sócio-Administrador.

## 8) GetEdu Consultoria em formações profissionais de informática

Presente em **3 municípios** com parcerias na área de formação de professores. É responsável pela implementação da plataforma **GSuite** for Education (Google) e também pela capacitação para sua utilização.

CNPJ: 07.143.489/0001-08 Empresa com sede em Brasília-DF. **Quadro de sócios administradores:**Marcele Aline Da Silva Garrido, Tania Padilha Garrido, Jose Guilherme Moreira Ribeiro, Wellington Mozarth Moura Maciel e Daniel Padilha Garrido Sócios-Administradores. Site: <https://getedu.com.br/>



## 9) Associação Evangélica de Ensino (Instituto Ivoti)

Presente em **3 municípios** com parcerias na área de formação de professores.

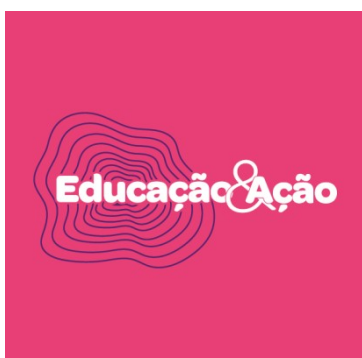
CNPJ: 96.745.427/0001-98 Empresa com sede em Ivoti-RS. **Quadro de sócios administradores:**Gerda Margarida Junge. Site: <https://www.institutoivoti.com.br/>



### **10) Educação e Ação (Rodrigues Ehlert & Cia Ltda)**

Presente em **3 municípios** com parcerias na área de formação de professores. Não possui site oficial, apenas página no Facebook: <https://www.facebook.com/consultoriaeducacaoeacao/>

CNPJ 28.114.183/0001-95. Empresa com sede em Giruá/RS. Quadro de Sócios: FATIMA ANISE RODRIGUES EHLERT e RICKSON EHLERT BAIROS (Sócio-Administrador)



### **11) Taise Agostini**

Presente em **3 municípios** com parcerias na área de formação de professores. Profissional ministrante de palestras sobre o tema **neuroaprendizagem**. Ora contratado como pessoa física (CPF 006.485.860-06), ora como pessoa jurídica (Taise Agostini MEI, CNPJ 18.209.252/0001-90, ou Fernando Bianchim Colombo, CNPJ 29.870.023/0001-39). Fortemente atuante nas redes sociais. Site: <https://www.taiseagostini.com.br/home>

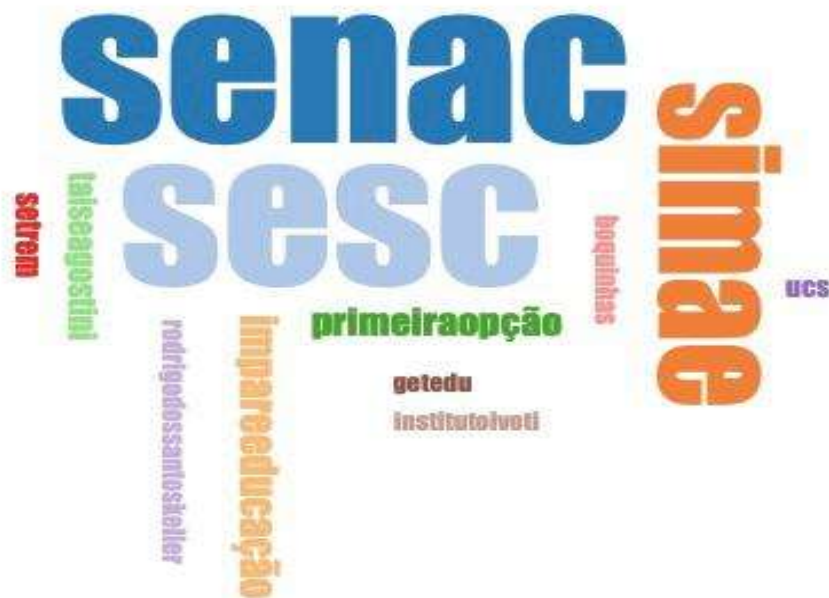
### **12- 13) Sistema S**

Dois sujeitos que tradicionalmente são mapeados por pesquisas sobre a

relação público-privado na educação, o Serviço Social do Comércio (**SESC-RS**) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (**SENAC-RS**) foram mapeados em diversos municípios em parcerias de formação de professores.



Tomando como referência os dados preliminares analisados até o presente momento, apresenta-se a seguir uma nuvem de palavras (também conhecida como nuvem de tags ou texto), que é uma representação visual da frequência e do valor das palavras. Ela é usada para destacar com que frequência um termo ou categoria específica aparece em uma fonte de dados. Quanto mais vezes uma palavra-chave estiver presente em um conjunto de dados, maior e mais forte será a palavra-chave.



### 3.3. Material didático e sistema apostilado

A coleta de dados referente às PPPs, estabelecidas com as prefeituras municipais do RS para aquisição de Materiais Didáticos, foi realizada a partir de notícias veiculadas nos sites oficiais dos municípios e, da mesma forma, de contratos firmados pelos mesmos com diferentes instituições privadas, disponibilizados no Licitacon Cidadão.

Os dados apontam para a presença uma série de empresas locais e, igualmente, de grandes instituições, cuja contratação é recorrente nas diferentes regiões do Estado do RS. Sobre estas últimas, tendo em vista sua prevalência, intensidade e influência no campo das políticas educacionais, é que se centrará o debate a seguir.

Na análise dos dados disponibilizados até o momento, quatro instituições se destacaram, quase todas vinculadas à grandes grupos econômicos/corporações, com lucros vultuosos no mercado educacional.

- Editora Moderna
- Editora Positivo
- Instituto Airton Senna
- Sicredi

## Editora Moderna



The image shows a screenshot of the Moderna website. At the top, there is a search bar with the text "Pesquisar no catálogo" and a magnifying glass icon. To the right of the search bar is the Moderna logo, which consists of a colorful circle followed by the word "MODERNA". Further right are the links "Entrar" and "Cadastrar". Below the search bar and logo, there is a navigation menu with the following items: "Portal educacional", "Livro digital", "Catálogo", "Institucional", and "Fale conosco". Below the navigation menu is a large banner for Santillana. The banner has a dark blue background on the left side with the Santillana logo and the text "Conheça a Santillana". Below this text is a paragraph in Portuguese: "Há mais de 60 anos no mercado, a Santillana acredita na capacidade da educação de transformar vidas e despertar o talento de cada um. Através de suas diversas marcas internacionais, atua em 22 países, alavancando e dando suporte à educação global em cenários complexos e diversificados, além de facilitar o acesso ao conhecimento para mais de 60 milhões de pessoas no mundo todo." On the right side of the banner is a photograph of a young boy and girl smiling in a classroom setting.

## Grupo Santillana/Editora Moderna

O grupo Santillana, ao adquirir a editora Moderna, também comprou o sistema de ensino a ela vinculado: Sistema Uno. A empresa passou a desenvolver a área com vistas ao “mercado” do ensino público.

O grupo é proprietário da Editora Moderna, uma das principais fornecedoras de livros didáticos para escolas públicas brasileiras por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Além de venderem os sistemas privados para as redes educacionais públicas subnacionais, participa do Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD), pelo qual o governo federal financia a distribuição de livros didáticos para todos os estudantes de escolas públicas em território nacional.

## Editora Positivo



The image shows a screenshot of the Positivo website. The header is dark purple with the logo 'SISTEMA DE ENSINO POSITIVO' on the left. Navigation links include 'Nossa História', 'Nossas Soluções', 'Conteúdos para Escolas', 'Blog', 'Positivo On', and 'Seja uma Escola Conveniada'. The main content area features a background image of a diverse group of children hugging. Text on the page reads: 'Aqui, no Sistema Positivo de Ensino, trabalhamos em parceria com a nossa rede de escolas na formação de cidadãos positivos, éticos e responsáveis. São mais de 40 anos dedicados à inovação e à excelência no ensino. Unimos diversidade, flexibilidade e colaboração na construção de uma experiência de aprendizagem envolvente e significativa. Nossa missão é preparar nossos alunos para o mundo!'.

O Grupo Positivo intitula-se a maior corporação do país, quando se trata de educação e tecnologia. Possui a maior gráfica editorial do Brasil e uma das maiores da América Latina. Uma das companhias controladas pelo Grupo, a Positivo Informática, abriu capital em 2006, negociando ações também na BM&FBOVESPA (ADRIÃO et al, 2013).

O grupo atua também no ensino superior, no qual mantém diretamente unidades escolares e possui unidades franqueadas no Brasil e no exterior (ADRIÃO et al. 2013).



Além de venderem os sistemas privados para as redes educacionais públicas subnacionais, também participa do Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD), pelo qual o governo federal financia a distribuição de livros didáticos para todos os estudantes de escolas públicas em território nacional.

Os dados coletados acerca da compra de materiais didáticos de Instituições Privadas pelos municípios do RS, apontam para a presença de programas e “produtos” que encerram e representam a inserção da lógica empresarial no sistema público de ensino.

Desta realidade, decorrem alguns aspectos, debatidos nas pesquisas sobre as PPPs em que nos referenciamos, que julgamos importante destacar:

- Impacto sobre a disponibilidade de recursos para a educação nos municípios, impactando o direito humano à educação (PNLD x Sistemas Apostilados);
- A disseminação de uma visão negativa da educação pública (adoção de parâmetros do sistema privado);
- Violação ao direito à educação e à liberdade acadêmica de professores e estudantes, à autonomia das escolas e à gestão democrática;
- Retorno da histórica separação entre o pensar e o fazer;
- Mercantilização do conteúdo da educação e desrespeito ao trabalho docente;
- Fortalecimento da ideia neoliberal de retirada do poder das instituições públicas;
- Promoção de uma lógica societária em articulação à ideia empresarial;

Por fim, ressalta-se que é preciso que se questione a ausência de representatividade social, de compromisso com a justiça social e a materialização de direitos, quando grupos econômicos substituem o poder público, reconfigurando princípios e propósitos da educação na perspectiva mercadológica.

Considera-se que as PPPs se encaixam em um projeto de reconstituição da educação pública nos parâmetros de uma sociedade pró-mercado.

### **3.4. Educação Infantil – oferta de vagas**

A Partir das informações constantes da Pesquisa do NEPPE, as pesquisadoras responsáveis pela análise das informações sobre a Educação Infantil, destacaram os itens de pesquisa: Número de Parcerias; Instituições e Contrapartida, na Educação Infantil, com vistas a trabalhar as seguintes questões: Qual a perspectiva de análise a ser enfocada nos respectivos itens? Que destaque fazer nas informações constantes nos itens levantados? Neste sentido, a resposta às questões acima deve pautar-se pela seguinte análise:

- a. Ofertas de vagas cruzadas com população;
- b. Oferta de vagas x PIB;
- c. Relação da política de Educação em vigor com o partido responsável pela administração do município, durante o período pesquisa (2017/2019);

De posse das tabelas elaboradas para dar conta das informações necessárias indicar:

- a. O percentual de municípios com parceria, em relação ao total pesquisado;
- b. Do universo com parceria: Qual o partido no poder e qual a população total de crianças com idade de frequentar a Educação Infantil?
- c. Base econômica do município, quanto a produção de recursos e de postos de trabalho.

A primeira ação será fazer um cruzamento do quadro geral elaborado na primeira fase da pesquisa NEPPE, para definir quem tem parceria ou não e a população dos respectivos municípios.

Neste sentido, mais questões foram emergindo, cuja importância não se limita ao estudo dos casos aqui destacados, quais sejam:

- a. Compra de vaga conta como matrícula para o município? (Importante considerar o retorno de recursos do FUNDEB para o município)
- b. Qual a relação de parceria, contrato ou compra de vagas com o Novo Marco Regulatório das Parcerias.

Com base no acima exposto, passamos a exposição e análise das informações das tabelas que se seguem

O tratamento dos dados das planilhas das escolas conveniadas da Educação Infantil disponíveis no site do FNDE, anos 2017,2018,2019, 2020 e 2021 nos permite:

- a. separar os dados da educação infantil, da educação especial e do ensino fundamental;
- b. suprimir colunas que informam telefones, e-mail, endereço e código do INEP, possibilitando a organização do número de matrículas por ano e por município.

TABELA 3 - NÚMERO DE MATRÍCULAS POR ANO E POR MUNICÍPIO

<b>Município</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
ALEGRETE	163	204	212	26
ALVORADA	912	869	847	581
ANTA GORDA	18	4	43	
ARARICÁ	11	22	30	29
ARROIO DO MEIO	697	685	726	670
ARROIO DO TIGRE	48	41	36	
ARROIO DOS RATOS	81	74	71	
BAGÉ	191	226	241	222
BENTO GONCALVES	38	39	46	38
BOA VISTA DO BURICÁ	68			
BOM RETIRO DO SUL	73	66	62	64
CACHOEIRA DO SUL	486	564	584	646
CACHOEIRINHA	66		94	114
CAMAQUÃ	86	80	84	84
CANDELÁRIA	31	29		
CANELA	711	711	741	
CANGUCU	63	59	54	61
CANOAS	1965	1669	2298	2631
CAPÃO DA CANOA	180	179	172	716
CARAZINHO	298	208	396	201
CAXIAS DO SUL	3762	3626	3798	2965
CERRO LARGO	75	67	74	82
DOIS IRMÃOS	888	744	832	853
ELDORADO DO SUL	87	59	15	
ERECHIM	78		361	361
ESTÂNCIA VELHA	221	199	284	225
ESTEIO	191	188	98	324
ESTRELA	224	207	214	255
FARROUPILHA	406	374	400	398

GETÚLIO VARGAS	106	111	136	143
GIRUÁ	87	71	78	99
GRAMADO			4	5
GRAVATAÍ	877	861	1075	1636
GUAÍBA				7
HORIZONTINA	209	234	239	241
IBIRUBÁ	125	151	150	143
IJUÍ	169	178	196	
ITAARA		70	104	102
JAGUARÃO				28
LAJEADO	282	288	250	
MONTENEGRO	515	452	517	548
MORRO REUTER	100	100	91	82
NAO-ME-TOQUE	106	104	84	
NONOAI	41	38	53	56
NOVO HAMBURGO	173	85	224	131
OSÓRIO	26	35	49	63
PANAMBI	54	56	68	84
PASSO FUNDO	1076	910	490	217
PEDRO OSÓRIO	22	20	31	54
PELOTAS	722	711	702	551
PICADA CAFE	134	107	115	116
PLANALTO	45	55	52	45
PORTO ALEGRE	12546	14674	15564	20426
RIO GRANDE	427	280	279	
ROCA SALES	227	218	233	204
ROLANTE	78	102	94	90
ROSÁRIO DO SUL	89	81	81	113
SANTA CRUZ DO SUL	858	968	923	1139
SANTA MARIA	902	923	755	685
SANTA ROSA	45	44	45	45
SANTA VITÓRIA DO PALMAR	36	43	58	
SANTO ÂNGELO	75	79	88	95
SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	134	151	176	176
SANTO ANTONIO DAS MISSOES				10
SANTO AUGUSTO	32	36	44	
SÃO GABRIEL	136	120	140	
SÃO JERÔNIMO	121	76	87	90
SÃO LEOPOLDO	2035	1469	1221	1318
SÃO LUIZ GONZAGA	84	88	82	87
SAO SEBASTIAO DO CAI	89	86	86	87
SAPIRANGA	321	358	382	602
SAPUCAIA DO SUL	75	78	75	75
TAPES		34	37	40

TAQUARA	26	30	25	
TEUTÔNIA	1087	1114	1053	993
TRAMANDAÍ		51	492	809
TRES CACHOEIRAS		95	117	116
TRES DE MAIO	155	144	114	146
TRES PASSOS	112	116	131	128
TUCUNDUVA	91	52	55	62
URUGUAIANA	228	232	232	231
VENÂNCIO AIRES	152	149	155	161
VERA CRUZ	89	79	68	24
VERANÓPOLIS	142	143	134	120
VIAMÃO	181	173	159	283
WESTFALIA	59	67	74	69

Fonte: Tabela organizada pelas autoras (2021)

Dando continuidade aos trabalhos do Subgrupo de pesquisa Educação Infantil foram encaminhados diferentes tratamentos aos dados obtidos até o momento. Para tanto serão elaboradas tabelas com informações do site do FNDE. Todas as tabelas serão afixadas no relatório em questão, quais sejam:

- As tabelas afixadas no relatório terão informação sobre a sua realização e a razão da escolha dos dados nelas constantes;
- Isolar, a partir das tabelas relacionadas no item acima, os municípios com e os municípios sem parceria;
- Elaborar tabela com percentual de matrículas parceiras em relação à população infantil;
- Elaborar gráficos, com todas as cidades que têm e que não têm parcerias, a partir das informações da tabela com dados de 2020/2021, para apresentar dia 08 de dezembro. Os gráficos dos anos de 2017 a 2019 serão feitos com mais tempo;
- Buscar informações nos Relatórios do TCE, para compatibilizar com os números informados pelo FNDE e, até agora, levantados pelo Grupo.

Enquanto mais uma fonte de pesquisa, nos propomos a acessar os dados das tabelas do TCE/RS **Radiografia da Educação Infantil 2010-2019**,

lançando mão de Indicadores Sociais, Coeficiente de Gini e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, de todos os municípios, considerando que os registros são relativos aos anos de 1991, 2000 e 2010. Há, ainda, outras informações, que precisamos avaliar a pertinência em usá-los, uma vez que já constam na pesquisa geral, feitas nos sites de notícias das prefeituras municipais do estado do Rio Grande do Sul e no Licitacon Cidadão, quais sejam: número de estabelecimentos escolares na educação infantil, de turmas na educação infantil, de docentes e auxiliares da creche e da pré-escola, Indicadores Financeiros, Sociais e Demográficos, de estabelecimentos escolares na educação infantil, todos de 2010 a 2019.

Outros números significativos para a pesquisa são as informações referentes à população infantil, aos alunos, a taxa de atendimento por idade e as vagas a serem criadas no período de 2010/2019 e que nos permite fazer uma comparação com os direitos das famílias e das crianças, consubstanciados em lei, e o quanto a luta pela materialização desses direitos precisa avançar. Todos estes dados são acessados em arquivos apresentados, município a município.

Por fim, e considerando que em alguns municípios os números apresentados põem em destaque questões importantes da pesquisa referentes a direitos legais à educação, foi elencado o município de Caxias do Sul, para futuro estudo de caso, como parte dos desdobramentos, que a riqueza de informações registradas nesta pesquisa oferecem., conforme podemos destacar na tabela 4 abaixo:

TABELA 4 – MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL/RS

<b>Caxias do Sul</b>				
Ano	Total do recurso Ed. Inf.	Objeto	Valor	Percentual em relação à rubrica
2017	62.394.001,76	Compra de vagas - educação infantil	10.366.552,78	16,61
		Subvenção social - creches	25.156.438,41	40,32
		Decisões judiciais - Secretaria Municipal da Educação	16.127.901,63	25,85

2018	66.733.923,31	Compra de vagas - educação infantil	13.354.760,32	20,01
		Serviços de gestão de escolas de educação básica	26.598.495,31	39,86
		Decisões judiciais - Secretaria Municipal da educação	13.169.781,83	19,73
2019	73.914.673,88	Compra de vagas - educação infantil	21.394.506,64	28,94
		Serviços de gestão de escolas de educação básica	31.360.386,41	42,43
		Decisões judiciais - Secretaria Municipal da Educação	10.144.560,95	13,72
2020		Compra de vagas - educação infantil	18.360.452,85	31,59
		Serviços de gestão de escolas de educação básica	23.538.612,95	40,50
		Decisões judiciais - Secretaria Municipal da Educação	5.803.105,73	9,98

Fonte: Tabela construída pelas pesquisadoras com base nos dados [Controle Social - Educação \(tce.rs.gov.br\)](http://tce.rs.gov.br)

#### **CAPÍTULO IV – PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

CÓSSIO, Maria de Fátima; GONÇALVES, Leonardo D.; NASCIMENTO, Flavia Marchi. Notas teórico-metodológicas sobre mapeamento das parcerias público-privadas em educação nos municípios do RS (2017 – 2019). Trabalho apresentado no **II Seminário Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação** . GPRPPE, Porto Alegre: UFRGS, 2019.

- CÓSSIO, Maria de Fátima, SCHERER, Susana, BENTO, Michele V., NASCIMENTO, Flávia Marchi, PINTO, Maria Verônica Roldán, CELENTE, Luis Eduardo dos Santos. Mini curso: Nova gestão pública e governança: concepções e implicações para a educação pública. **ANPAE SUL**, 07/10 a 04/11/2020.

- CÓSSIO, Maria de Fátima; PERONI, Vera Maria Vidal; DORNELES, Leonardo et al. Mini curso: Mapeamento das parcerias público-privadas nos municípios do estado do RS. **XXX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**. 31 de agosto a 17 de setembro de 2021.

- BENTO, Michele Vollrath; LEMOS, Viviane da Silva; CÓSSIO, Maria de Fátima. Licitação Cidadão como Ferramenta de Transparência na Análise de Parcerias Público-Privadas em Educação. In: **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, v. 11, n. 31, 2021.

- CELENTE, Luis Eduardo dos Santos; CÓSSIO, Maria de Fátima. Mapeamento de Parcerias no RS: Resultados Parciais. Trabalho apresentado na **SIIPE/UFPEL**, 2021.



## Referências:

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009

BALL, Stephen. Redes, neoliberalismo e mobilidade de políticas. In: . In: BALL, Stephen. **Educação global S.A.**: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

CÓSSIO, Maria de Fátima. A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. **Educação (PUCRS. Impresso)**, v. 41, p. 66-73, 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: L & PM, 1981.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e política**: A dualidade de poderes e outros ensaios. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1996.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? In: **Educ. Soc.** , Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

FRANGELLA, R; DIAS, R. Os sentidos de docência na BNCC: efeitos para o currículo da educação básica e da formação/atuação de professores. **Educação Unisinos**, [S.l.], v. 22, p. 7-15, jan./mar. 2018.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 8ª ed. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GREPPE, Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional. Sistemas de ensino privados na educação pública brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação. **Relatório de Pesquisa**. São Paulo: UNICAMP, 2015.

MAGRONI, Eduardo. Gramsci e a educação: A renovação de uma agenda esquecida. In: **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 353-372, set./dez. 2006

MARSIGLIA, A. et al. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2015, 191p

NEPPE, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais. Redes políticas e as parcerias público-privadas no Estado do RS. **Relatório de pesquisa.** Pelotas: UFPel, 2019.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Direita para o social e esquerda para o capital:** intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

PERONI, Vera. Mudanças no papel do Estado e políticas públicas de educação: notas sobre a relação público/privado. In: PERONI, Vera; ROSSI, Alexandre. **Políticas educacionais em tempos de redefinições no papel do Estado:** implicações para a democratização da educação. Editora UFPEL: Porto Alegre, 2011.

\_\_\_\_. Implicações da relação público-privado para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, Vera Maria Vidal (org.). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado.** São Leopoldo: Oikos, 2015.

\_\_\_\_. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação. In: PERONI, V. LIMA, P. V. e KADER, C. (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado:** implicações para a democratização da educação. São Leopoldo, RS: Oikos, 2018. p. 93-104.

PERONI, V.; CAETANO, M; ARELARO, L. BNCC: Disputa pela qualidade ou submissão da Educação?. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, p. 35-56, 2019.

REIS, Isaura. Governança e regulação da educação: perspectiva e conceitos. In: **Educação, Sociedade e Culturas**, n.39, 2013.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out./dez. 2012.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Avaliação e responsabilização pelos resultados: atualizações nas formas de gestão de professores. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 29, n. 1, 127-160, jan./jun. 2011

\_\_\_\_. Redes de políticas públicas e governança da educação: pesquisando a convergência das políticas para docentes nas agendas para a próxima década. **Relatório de pesquisa**, Florianópolis, UFSC, 2016.

VASCONCELOS, Kathleen Elane Leal, SCHMALLER, Valdilene Pereira Viana, SILVA, Mauricelia Cordeira da. (Re)visitando Gramsci: considerações sobre o Estado e o poder. In: **Revista Katálysis**, vol 16, n.1, 2013.